



Anais da Assembléia

N. 66

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

- ^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 054. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1987.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiel-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gernote Kirinus, João Arruda e Paulo Furiatti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)- Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação da Ata.

(É procedida a verificação de votação da Ata).

Os Deputados que aprovam a Ata que acaba de ser lida, permaneçam como estão. Aprovada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

25 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para votação da Ata. Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 77/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dá nova redação ao art. 3.^o da Lei n. 8434, de 24.12.86, conforme especifica. (O valor mensal das pensões especiais previstas na Lei n. 8434, de 24.12.86, ficam fixadas em um (01) salário-mínimo).

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam colocados em Regime de Urgência, os seguintes Projetos de Lei:

1. N. 285/86 (Mensagem do Executivo n. 155/86), objetivando autorização para contratação de empréstimos para rolagem de serviços da dívida externa, no valor de US\$ 112.000.000,00

2. N. 076/86 (Mensagem do Executivo n. 048/87) objetivando conceder pensão às viúvas de ex-funcionários falecidos em função de doença profissional.

3. N. 102/87 (Mensagem do Executivo n. 051/87), objetivando promover alterações

na Lei Orgânica do ICM, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 16.06.87
(a) NESTOR BAPTISTA
Líder do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com o Regimento Interno, REQUER, a aprovação de Regime de Urgência para a Mensagem n. 38/87, oriundo do Poder Executivo, por se tratar de matéria de interesse geral da população paranaense.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 95/87, que dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n. 7231 de 24 de outubro de 1979.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n. 91/87, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n. 50/87, que objetiva alterar os limites de créditos suplementares para a administração direta e indireta, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 065/87, de sua autoria, cuja súmula é "Denomina de ANTÔNIO CASTRO LIMA a Rodovia que liga Altonia a Iporã".

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Araújo, sogra do ex-Deputado Federal Ítalo Conti.

família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, seja transcrito nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Onésimo Ferraz, ocorrido dia 13 de junho do corrente ano, no Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que recebemos o falecimento do Senhor Onésimo Ferraz, cartorário ativo e também grande líder político do Município de Loanda, tendo sido Prefeito daquela cidade em gestão passada. A imagem deixada pelo Senhor Onésimo, não é outra senão a de homem sério, de grande respaldo popular, que durante sua vida lutou de forma justa em busca do bem social de toda a sua comunidade. Pelos cantos onde o mesmo pregou suas palavras, certamente ficará a imagem de uma pessoa de extrema coerência.

Solicitamos que do presente seja dada ciência à família enlutada, bem como às autoridades do Município de Loanda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Luiz Fernando Otto, dedicado funcionário desta Casa.

Requer, outrossim, que se dê ciência desta decisão, aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 16.06.87.
(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência sejam insertos nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações, a serem oficiados aos Deputados MAURÍCIO FRUET e PAULO FURIATTI, ilustres Presidente e Vice-Presidente do PMDB do Paraná, respectivamente, pelas gestões e iniciativas realizadas, através de abaixo-assinados, obtendo resultado positivo quanto à determinação da data para ser realizada a CONVENÇÃO DO PMDB NACIONAL.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário REQUER a formulação de votos de congratulações para a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - UMESC, entidade máxima representante dos estudantes desta Capital, pela aprovação na data de ontem na Câmara Municipal de Curitiba, de Projeto de Lei concedendo passe escolar aos estudantes curitibanos.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de voto de congratulação para o Engenheiro Florestal Luciano Pizzato em virtude do recebimento do Prêmio Nacional de Ecologia, outorgado pela Fundação Roberto Marinho, no Rio de Janeiro, prêmio a que ele fez jus pela realização do trabalho "Manejo Ambiental" destinado a racionalizar o uso da terra da produção de madeira, compatibilizando essa atividade com a conservação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais é muito grande a preocupação com a degradação que ocorre no meio ambiente. A exploração desordenada das riquezas naturais tem produzido prejuízos incalculáveis, em muitos casos com o comprometimento irremediável dos ecossistemas.

Os países subdesenvolvidos, nas questões ambientais, ressentem-se principalmente de estudos específicos que permitam aos poderes públicos formularem corretamente políticas preservacionistas adequadas.

O trabalho do engenheiro Luciano Pizzato vem contribuir de maneira altamente significativa, com valiosos subsídios técnicos, para a exploração racional das nossas reservas florestais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações a Sua Excelência o Senhor Governador ÁLVARO DIAS e ao Doutor JOÃO CARLOS FINARDI, Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Governador e ao Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Diretoria do BANESTADO, liderada pelo Presidente João Carlos Finardi, seguindo a orientação do Governador Álvaro Dias, tomou a decisão de determinar que as agências dessa instituição passem a atender o expediente externo a partir das 10:00 horas da manhã.

Esta iniciativa é da mais alta relevância, pois sabemos que o retorno ao antigo horário bancário é uma exigência geral da sociedade, desde os clientes em geral até empresários, servidores públicos e, inclusive do próprio Sindicato dos Bancários. A questão é tão importante que a maioria das cidades brasileiras tomou a iniciativa de - através de legislação própria - determinar a antecipação da abertura dos bancos, fato que inclusive tem resultado em infindáveis recursos judiciais, até agora todos com desfechos favoráveis ao município, o que prova a inquestionável validade da medida.

Portanto, quando assistimos à própria instituição tomando a iniciativa, devemos registrar nossas congratulações e louvar a decisão.

Além disso, vemos na determinação do Presidente do BANESTADO um grande exemplo dado pelo Paraná. Isso demonstra que os paranaenses, por inspiração do Governo Álvaro Dias, desejam trabalhar para o engrandecimento do nosso Estado, e estão colocando isso na prática. O Paraná é portanto, mais um exemplo para o Brasil nesta hora em que todos devem dar o melhor de si em favor de uma sociedade mais unida e dedicada a encontrar as soluções para seus problemas, onde cada um deve fazer a sua parte, dar a sua contribuição e realizar seu esforço próprio. No Paraná, a palavra de ordem é trabalhar. E estamos cumprindo a nossa parte com o dever de reencontrar para o Brasil o melhor caminho ao seu desenvolvimento e ao bem-estar da Nação brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Solicito o arquivamento do Projeto de Lei n. 180/85, de minha autoria, tendo em vista a aprovação de Anteprojeto de Lei contido em Mensagem Governamental, no mesmo sentido, já transformado em lei.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão e arquivamento do Projeto de Lei n. 52/87, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n. 52/87 trata da denominação de "Escola Professora Tomires Moreira de Carvalho", à Unidade Pólo do Jardim Alvorada, do Município de Maringá-PR, porém, segundo informações obtidas recentemente já está tramitando um outro processo em Maringá denominando uma outra escola com o mesmo nome.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 240/86, de sua autoria, criando o Distrito Administrativo de Praia de Leste.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para o asfaltamento da Av. Brasil, rua Pio XII e avenida Brasília, na Cidade de Pérola d'Oeste, bem como da Avenida Tancredo Neves, no Distrito de Conciolândia, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelo fato de que as ruas acima mencionadas encontram-se em precaríssimas condições de tráfego, causando sérios problemas, com riscos de acidentes.

Por outro lado, a municipalidade não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas do referido asfaltamento.

Outrossim, o atendimento através da Secretaria de Estado dos Transportes torna-se viável, considerando que as máquinas da firma Mendes Júnior encontram-se nas proximidades, efetuando serviços de asfaltamento e conservação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando sejam instalados Mini-Postos de Saúde nas localidades de Santa Helena, Vila Progresso, Esquina Gaúcha e Linha Santa Rita, no Município de Pérola d'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O pedido ora formulado e que, temos certeza será atendido, vem ao encontro da aspiração das respectivas comunidades, que, distantes da sede do Município, vêm enfrentando sérios problemas para o tratamento de saúde, que deve ser prioridade em qualquer governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestações do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Roque Robinson Piragine, ilustre Diretor Presidente da SANEPAR, a seguinte solicitação:

- Implantação pela SANEPAR, dos serviços de Rede de Tratamento de Esgotos no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altônia tem apresentado um considerável desenvolvimento do ponto de vista econômico, social e populacional, possuindo uma boa infra-estrutura de serviços excetuando-se, no que diz respeito, rede de tratamento dos esgotos.

Esta enorme falha proporciona grandes prejuízos ao Município, pois que expõe a população à fácil aquisição de doenças, devido à falta de higiene, prejudicando ainda os trabalhos dos comerciantes e dessembelezando a urbanização da Cidade.

Por outro lado, a administração municipal, bem como a população, não possuem condições financeiras para desenvolver os serviços de rede de tratamento de esgotos.

Assim, nada mais justificável do que a SANEPAR, órgão Estadual que responde pelo assunto, responsabilizar-se pelos ônus da instalação dos serviços, proporcionando assim benefícios vários à população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Roque Robinson Piragine, ilustre Diretor Presidente da SANEPAR, a seguinte solicitação:

- Implantação, pela SANEPAR, dos serviços de Rede de Tratamento de Esgotos no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã vem apresentando um considerável desenvolvimento, do ponto de vista econômico, social e populacional, possuindo uma boa infra-estrutura de serviços, exceto no que diz respeito à rede de tratamento de esgotos.

Esta enorme falha traz ao Município grandes prejuízos, pois expõe sua população à fácil aquisição de doenças, pela falta de higiene, prejudicando também os trabalhos dos comerciantes e desembelezando a urbanização da Cidade.

Por outro lado, a administração municipal, bem como a população, não possuem condições financeiras para desenvolver os serviços de rede de tratamento de esgotos.

Nesta situação, nada mais justificável do que a SANEPAR, órgão Estadual que responde pelo assunto, responsabilizar-se pelos ônus da instalação dos serviços, proporcionando assim, benefícios vários à população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias e ao Dr. João Carlos Finardi, Presidente do BANESTADO, no sentido de determinar estudos para a instalação e fixação da Regional do Banco do Estado do Paraná na Cidade de Clevelândia.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Vereador Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 16.06.87

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Para melhor justificar a nossa solicitação, transcrevemos o requerimento do nobre Vereador Bel. Paulo Penteado, que foi apresentado dia 01 de junho fluente e aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Clevelândia, cujo requerimento aprovamos em todos os seus termos por refletir perfeitamente os anseios do empresariado, bem como de toda a comunidade clevelandense:

"O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

vem mui respeitosamente perante os nobres Pares, propor que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual, Antônio Annibelli, após cumpridas as formalidades legais desta Casa de Leis, o seguinte petitório: É do conhecimento público que a cidade de Pato Branco encontra-se em atrito e com divergências políticas com a cidade de Francisco Beltrão, oriundo da disputa da Regional do BANESTADO. Ambas as cidades advogam, pleiteiam a reivindicação dessa citada agência, pondo por conseguinte os políticos dessa região em maus lençóis e em situação crítica, não sabendo a quem atender.

Diante dos fatos, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, requeiro que seja encaminhado ao preeminente Deputado de Clevelândia, Dr. Antônio Annibelli, para que, naquela Casa Maior, seja proposta a instalação e a fixação da regional do BANESTADO em nossa Cidade, por motivos óbvios que são os seguintes:

Primeiro: amenizaremos a ebulição dos políticos de ambas as cidades.

Segundo: por questão de justiça e equidade com Clevelândia, Cidade-Mãe do Sudoeste, já que todas as cidades se originaram de Clevelândia, que dia 28 do corrente mês completará noventa e cinco anos de emancipação política;

Terceiro: Clevelândia não dispõe até a data de hoje de uma Secretaria ou qualquer outra pasta de expressão, sempre dependendo de outras cidades; outrossim, entendemos que o clima político é favorável para Clevelândia.

Finalmente, requeiro também, que do mesmo seja dado ciência ao Poder Executivo, Grupo Olvepar S/A, Cavaq Ind. e Com. de Madeiras Ltda, Sardá & Cia Ltda, Camifra S/A, Mds. Agricultura e Pecuária e Ind. de Compensados São Luiz Ltda.

Isto posto, conto com a aquiescência dos nobres Pares, na aprovação.

Era o que tínhamos a expor e a requerer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Sr. Secretário da Educação, pedindo a imediata construção de mais salas de aula na zona norte do município de Londrina, onde se concentram os conjuntos habitacionais.

Caso essa providência não seja adotada, já a partir do próximo ano letivo, principalmente na parte noturna, mais da metade dos alunos ficarão impedidos de ter acesso aos bancos escolares, o que certamente provocará problemas gravíssimos para a comunidade.

Outra providência que deverá ser tomada diz respeito à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Luiz de Sá, que, após o recesso do mês de julho, será transferida para outro local, onde não há a mínima segurança, pois o prédio não está cercado. Próximo existe um grande matagal, que serve, com frequência, como esconderijo de marginais, toxicômanos e desocupados. Infelizmente, os alunos terão que conviver com esses marginais que por aí proliferam, com sérios riscos de aliciamento de menores, tráfico e uso de entorpecentes, e até assaltos.

Direção, professores, funcionários, pais e alunos desejam, ainda, que seja nomeado ou remanejado um zelador predial, para cuidar da segurança interna e externa do prédio, diuturnamente, único meio para evitar que a escola seja vítima do vandalismo.

Sala das Sessões, em 16.06.87

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias, solicitando providências junto à Direção da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná CAFE DO PARANÁ, a fim de que a representante daquele órgão, em Ponta Grossa, tome medidas visando ampliação do número de máquinas disponíveis para a execução de serviços de destoca, conservação e ajudagem, nos municípios de Ponta Grossa, Ivaí, Ipiranga, Ortigueira, Castro, Palmeira, Arapoti, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Tibagi e Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 16.06.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento da área técnica, os Municípios da Região dos Campos Gerais, em virtude da baixa fertilidade agropecuária menos rentável do que a do Norte e Sudoeste do Paraná.

Nas pequenas propriedades rurais é lastimável o sistema de agricultura ora desenvolvido, dada a carência absoluta de equipamentos para pequenas destocas e ajudagens e que sejam efetuadas a preços compatíveis com o poder aquisitivo da Região, sem o que não é compensador o trabalho braçal.

Somente o Estado pode resolver essa situação nessa região, porque a densidade de máquinas e equipamentos agrícolas é muito pequena, tornando, por conseguinte, impossível os mutirões e as trocas de serviços, comumente usados no Norte e Sudoeste do Estado.

Assim, urge a questão pela elaboração de um programa nesse sentido, pois que já está se iniciando êxodo rural em toda a região, com a ampliação dos latifúndios. A medida, se concretizada, virá, com toda certeza, assegurar ao pequeno produtor rural maior rentabilidade e, por extensão, maior desenvolvimento desse importante setor da economia paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de telex a todos os Constituintes paranaenses, cujo texto segue abaixo:

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo paranaense, vem transmitir aos Srs. Deputados Constituintes, que formam neste Congresso a Bancada Paranaense, sua preocupação com o resultado final dos relatórios aprovados nas subcomissões deste Congresso Constituinte.

Entendemos que as mudanças pelas quais o povo brasileiro foi às ruas nas memoráveis jornadas de 1984, devem ser garantidas através desta Nova Carta Constitucional.

Neste sentido é de grande importância garantir a aprovação, na votação das comissões sistemáticas, alguns pontos que consideramos fundamentais para a realização de uma sociedade democrática e progressista, tais como:

- Amplas liberdades democráticas, assegurados o direito à livre manifestação e organização popular e partidária e a manutenção do voto proporcional.

- Realização de eleições diretas no ano de 1988, convocadas em ato soberano pelo Congresso Constituinte.

- Defesa da soberania nacional com a preservação do monopólio estatal nas áreas onde hoje é praticado e com o fim da política econômica dependente e subserviente ao capital internacional.

- Realização efetiva da Reforma Agrária.

- Garantia real dos Direitos Sociais dos Trabalhadores, especialmente o direito a um salário mínimo condizente com as exigências da dignidade humana, estabilidade no emprego, jornada semanal de quarenta horas, direito de greve irrestrito.

- Garantia de uma autêntica liberdade e autonomia sindical.

- Ensino público e gratuito.

Temos a firme esperança de que a Bancada Federal do Paraná não passará para a história, com a pecha daqueles que atraíam compromissos públicos, nem daqueles que usam da boa fé do povo para depois fazerem o jogo dos grupos econômicos privi-

legiados.

Neste sentido, juntamente com toda a população paranaense, especialmente com setores organizados de nossa sociedade, permaneceremos vigilantes acompanhando os trabalhos do Congresso Constituinte, na esperança de que a nova Constituição represente um avanço para uma vida mais digna de toda a sociedade brasileira. Para que essa esperança se concretize, é fundamental uma competente atuação de nossa bancada paranaense, especialmente nesse momento de aprovação dos relatórios finais das subcomissões.

Sala das Sessões, em 16.06.87

(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI, VERA AGIBERT,
IRONDI PUGLIESI, JOÃO ARRUDA e
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando o estudo da viabilidade de criação e implantação em caráter prioritário, de uma delegacia de trânsito na cidade de Maringá.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN, Dr. Jesus Sarrão.

Sala das Sessões, em 16.06.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Conforme requerimento de autoria do Vereador Nereu Vidal Cezar, aprovado em sessão ordinária da Câmara Municipal de Maringá, em 26.05.87, em anexo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Requerimento n. 1075.

Senhor Presidente.

O Vereador subscrito, observadas as formalidades regimentais, REQUER à Mesa, sejam endereçados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública e aos Deputados Estaduais Luiz Carlos Alborghetti, José Alves dos Santos, Antônio de Souza Bárbara, Arleir Tilfrid Ferrari Júnior e Lindolfo Luiz Silva Júnior, solicitando-lhes a manutenção de entendimentos para a criação e instalação, em plano prioritário, de uma Delegacia de Trânsito em Maringá.

Maringá sedia a Microrregião 9, e polariza uma vasta região constituída por 28 Municípios, o que a destaca como um dos maiores centros comercializadores do Sul do País. Conseqüentemente, por configurar-se como itinerário obrigatório a outros Municípios de relevada importância econômica e que também mantêm posição de van-

guarda no contexto comercial ou industrial, o seu trânsito urbano sofre intenso afluxo de veículos e, como consequência natural, os acidentes automobilísticos, a cada novo dia, vêm acentuando a estatística de abalroamentos e atropelamentos, o que dificulta a atuação do restrito quadro de policiais de trânsito e tem colaborado no sentido de que veementes críticas sejam endereçadas ao Departamento de Trânsito local, que, pela falta de uma estrutura adequada e compatível à realidade vivenciada no Município, demonstra inoperância em atender a contento e dentro de tempo hábil as ocorrências no perímetro urbano, sobretudo em locais mais periféricos.

Sala das Sessões, em 25.05.87.

(a) NEREU VIDAL CEZAR - Vereador autor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Dr. Rubens Bueno, solicitando o estudo, visando a liberação de recursos para a construção de instalações próprias para a Creche Santa Terezinha, no Distrito de Ivatê, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Terezinha vem desenvolvendo na comunidade de Ivatê, um trabalho de assistência a duzentas e vinte e oito crianças, de famílias carentes. Porém, apesar da abnegação e firmeza de propósito, a direção da Creche vem enfrentando grandes dificuldades oriundas da precariedade das instalações para garantir um atendimento a nível desejável.

Considerando a importância da função social a que se prestam creches em comunidades como Ivatê, que possibilitam a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no comércio local, quanto na agricultura, proporcionando um complemento salarial de renda familiar imprescindível, principalmente nestes momentos de dificuldades que passa nosso País. Não é difícil de se imaginar, como prioritária, a construção de creches na linha de atuação da política social em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER após ouvido este Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Jorge Bornhausen, DD. Ministro da Educação, solicitando-lhe

estudos e posterior implantação de uma Escola Técnica Federal que ofereça inicialmente cursos técnicos de nível médio nas áreas de Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

Destacando-se a iniciativa do Vereador Laurindo Hideu Otsuki Tomoike, autor da referida proposta, transcrevemos aqui a ampla justificativa que inicializou a idéia sugerida.

"Considerando que Maringá se encontra localizada em região geográfica extremamente privilegiada e, como decorrência natural do seu cuidado planejamento, polariza um vasto rol de municípios;

Considerando que Maringá destaca-se como um dos maiores centros produtores da Região Sul do Brasil, contando com grandes e destacados empreendimentos nas áreas comercial, industrial e agropecuária;

Considerando que Maringá, apesar de contar com uma Universidade de elevado nível científico e que propicia a formação de um contingente importante de mão-de-obra especializada, ainda permanece deficiente em muitos setores da atuação humana;

Considerando que Maringá sedia as Superintendências Regionais de Empresas Estatais como a TELEPAR, SANEPAR, COPEL e também abriga empreendimentos valiosíssimos da iniciativa particular que atuam no ramo da eletrotécnica, eletrônica, mecânica e em outras operações similares;

Considerando, em contrapartida, que o seu mercado interno de trabalho, ainda assim, apresenta-se consideravelmente debilitado com a falta de profissionais especializados nessas áreas de prestação de serviços:

Considerando que, mesmo diante da propalada recessão noticiada pelos veículos de imprensa, o crescimento das opções nesses campos é notoriamente conhecido;

Considerando que, para preencher a demanda de mão-de-obra existente, muitas dessas empresas são obrigadas a buscar técnicos em diferentes pontos e Estados brasileiros, cujo fator vem colaborando no sentido de que hajam excessivas especulações e, como resultado óbvio, os custos de manutenção desses profissionais tornam-se preocupantes e quase que insuportáveis para muitas empresas, sobretudo da iniciativa particular".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo

senhor Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando acréscimo de 600 m lineares de pavimentação asfáltica dentro do Programa de "Rodovias Rurais", que ligará São Jorge do Patrocínio à Pérola da Esperança.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Além de se enquadrar dentro do programa "Rodovias Rurais", e atender gama de produtores, a reivindicação nos foi dirigida e traduzida em torno da promessa do Governo Álvaro Dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Sr. Luiz Carlos Jorge Haully, solicitando a construção de um prédio para a "Agência de Renda" para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

É importante ressaltar que esta solicitação prende-se ao fato da dificuldade de poder locar um imóvel neste Município. Esclarecemos ainda que a atual "Agência de Renda" funciona em imóvel alugado de pequeno espaço, não oferecendo condições a referida atividade.

Outrossim é importante ressaltar que se for viável esta construção pedimos que seja com espaço maior para instalar além da Agência de Renda outros órgãos do Estado tais como: Inspeção Estadual de Educação, Departamento Estadual de Trânsito etc....

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando-lhe seja verificado estudos para a implantação de uma vara especializada em acidentes de trânsito na Cidade de Maringá, haja vista a necessidade que atualmente esta REQUER.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Extraído de justificativa de requerimento proposto pelo Vereador Nereu Vidal Cezar.

"Maringá, por comportar intensa movimentação de veículos, a exemplo de outros

grandes centros urbanos, vem sofrendo a média de quatrocentos a quinhentos acidentes mensais de trânsito.

Isto posto, há um excessivo número de processos na Justiça Comum, ainda pendentes de solução, com tendência a se acumularem por tempo indeterminado, motivando incontáveis e renovadas reclamações, porquanto muitos transtornos e prejuízos são enfrentados.

As ações de reparação de danos se avolumam a cada dia e entende-se que, para não prejudicar-se o tempo ideal de julgamento assim como o interesse de grande parcela de proprietários de veículos, a extensão do benefício é de suma importância para todo o segmento comunitário".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro, para a Creche São José, de Alto Piquiri, rua Maceió, s/n.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência no ilustre Senhor Luiz Carlos Pedroso, Presidente da Entidade Estadual aludida e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram auxílio merecem atenção, e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que o mesmo verifique a possibilidade de vir a serem explorados os serviços da linha de Transporte coletivo rodoviário intermunicipal, trecho Curitiba - Litoral.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras reclamações têm chegado ao nosso conhecimento através de usuários daquelas linhas. Tal fato nos levou a verificar de perto e constatar irregularidades

tais como: falta de horários, ônibus vazios e sujos, manutenção precária, maus tratos aos passageiros, falta de "toilette" nos ônibus e descasos de modo geral.

Por essas razões e para evitar que o monopólio impeça o atendimento das necessidades do interesse público, sugerimos a implantação dos serviços por, pelo menos, mais uma empresa de transporte coletivo rodoviário. Não é possível que o nosso litoral, agora cada vez mais "descoberto" pelos paranaenses que a cada ano afluem para lá em maior número, fiquem à mercê de transporte tão precário e ineficiente.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro, para a Associação Altoniense de Assistência Social-CEMIC-Arnaldo Busato, rua Santos Dumont, 637, em Altônia.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência à ilustre Senhora Maria Ângela Caldas, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA.

A instituição referida presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados, em muito ajudam pois os que procuram auxílio merecem atenção, e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, solicitando a implantação de duas novas agências no Município de Maringá, com sede nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de tratar-se de núcleos populacionais importantes para os interesses do Município, abrigando hoje uma população aproximada dos 70 mil habitantes, e sediando empreendimentos comerciais e industriais que garantem significativa arrecadação de impostos e tributos ao erário público.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando do mesmo providências no sentido de criação e instalação de uma Delegacia de Trânsito em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato que Maringá sedia a Microrregião 9, que é constituída por 28 municípios, o que a destaca como um dos maiores centros comercializadores do sul do País. Sendo itinerário obrigatório a outros municípios de relevada importância econômica, o seu trânsito urbano sofre grande afluxo de veículos e, como consequência natural, os acidentes automobilísticos, a cada dia, vêm acentuando a estatística de abalroamentos e atropelamentos o que dificulta a atuação do restrito quadro de policiais de trânsito, que, pela falta de uma estrutura adequada e compatível a realidade vivenciada no Município, se torna inoperante para atender a contento as ocorrências no perímetro urbano, sobretudo em locais mais distantes.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública - Dr. Antônio Lopes Noronha, solicitando seja liberada verba do FUNRESTRA, que se destina a construção do Anexo do 4. Batalhão da Polícia Militar, sediado em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, tendo em vista os relevantes serviços prestados à população pelo 4. BPM, fazendo-se necessárias as melhorias em suas instalações, que são um tanto precárias.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Mário Lopes dos Santos, solicitando do mesmo, a realização de entendimentos para a criação, em Maringá, de Vara especializada em Acidentes de Trânsito,

na próxima Lei de Divisão e Organização Judiciária.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que o Município de Maringá, comporta intensa movimentação de veículos, e a exemplo de outros grandes centros urbanos, vem sofrendo uma média muito grande de acidentes mensais de trânsito, provocando um acúmulo excessivo de processos na Justiça Comum, pendentes de solução.

As ações de reparação de danos se avolumam a cada dia, e para não prejudicar o interesse de grande parcela de proprietários de veículos, a extensão do benefício é de suma importância para todo o segmento comunitário.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaza Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 300 (trezentas) casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Bandeirantes, podendo ser firmado os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal João do Carmo Santiago, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Herma Brandão

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional Doutor Odeni Villaza Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 150 (cento e cinquenta) casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão

no Município de Bandeirantes, podendo ser firmados os convênios necessários através da consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, João do Carmo Santiago, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Hermas Brandão

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional Doutor Odeni Villaza Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 (cinquenta) casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Abatiá, podendo ser firmado os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal José Nogueira Soares Filho, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Abatiá.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaza Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 (cinquenta) casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação através da COHAPAR, no Município de Abatiá, podendo ser firmado os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal José Nogueira Soares Filho, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas,

tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Abatiá.

Sala das Sessões em 16.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando sejam iniciados os estudos e cumprimentos das formalidades legais cabíveis ao caso, para a construção imediata de uma ponte sobre o Rio das Cinzas, no local que liga Bandeirantes a Santo Antônio da Platina, onde hoje funciona como via de ligação a Balsa do Escorsini.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se fez em função de que a reivindicação vem sendo feita pelos moradores da região há muito tempo, pois a Balsa ali existente, já não mais comporta o transporte de pessoas que por ali passam, assim como todo o recurso torna-se difícil e inseguro para a população que depende de tal locomoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, envio de expedientes aos Senhores Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Administração e Dr. Evaldo Podolan, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), solicitando a ampliação do Colégio Estadual Vila Alta - Ensino de 1. e 2. Grau, Município de Umuarama sendo a construção de duas salas, uma para biblioteca e outra para laboratório.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual de Vila Alta - Ensino de 1. e 2. Grau, qualificado como estabelecimento de porte IV, com aproximadamente 700 (setecentos) alunos, vem tendo o seu bom desempenho na formação destes contingentes de alunos, parcialmente comprometido, em virtude de deficiência de

instalações apropriadas, sendo principalmente, para o funcionamento de uma biblioteca e um laboratório, pois para que seja esta situação transformada no sentido de que aquele estabelecimento de ensino, possa funcionar em condições compatíveis com as necessidades de seus alunos, solicito seja enquadrado a ampliação do Colégio Estadual de Vila Alta como prioritária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na observância das formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando-lhe a instalação de uma Delegacia Especializada de Trânsito na cidade de Maringá, haja vista a necessidade que esta requer.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Extraído de justificativa de requerimento apresentado pelo Vereador Nereu Vidal Cezar.

"Maringá sedia a Microrregião nove e polariza uma vasta região constituída por vinte e oito municípios, o que a destaca como um dos maiores centros comercializadores do sul do País. Conseqüentemente, por configurar-se como itinerário obrigatório a outros municípios de relevada importância econômica ou industrial, o seu trânsito urbano sofre intenso afluxo de veículos e como conseqüência natural, os acidentes automobilísticos, a cada novo dia, vêm acentuando a estatística de abalroamentos e atropelamentos, o que dificulta a atuação do restrito quadro de policiais de trânsito e tem colaborado no sentido de que veemente críticas sejam endereçadas ao Departamento de Trânsito local, que, pela falta de uma estrutura adequada a compatível à realidade vivenciada no Município, demonstra a inoperância em atender a contento e dentro de tempo hábil as ocorrências no perímetro urbano, sobretudo em locais mais periféricos".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, com o objetivo de que seja estudada a criação de ensino de 5.^a a 8.^a séries na Escola Estadual Paulina Pacífico Borsari - Ensino de 1.º Grau, no Bairro do Guabirota, Município de Curitiba, ainda no decorrer deste

ano.

Concentrando expressivo número de moradores, o Bairro de Guabirota tem enfrentado grandes dificuldades com respeito ao setor de ensino, tendo em vista que a referida localidade não dispõe de uma escola a nível de 5.^a a 8.^a séries. A conseqüência direta é a impossibilidade dos jovens estudarem ou, os que pretendem fazê-lo, vivenciarem infinitos transtornos, sobretudo porque os alunos desse nível encontram-se na faixa etária de dez (10) a quatorze (14) anos e têm que atravessar vias rápidas, expondo-se diariamente a constantes perigos.

Assim sendo, atendendo à solicitação da Senhora Diretora da Escola, da APM e da Comunidade da Escola Paulina Pacífico Borsari - Ensino de 1.º Grau, que aquela Pasta estude a viabilidade de tal criação. Espera-se que medidas sejam efetivamente postas em prática, vindo de encontro à pretendida reivindicação, aliás inteiramente justa.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando o imediato pagamento dos gatilhos salariais atrasados, devidos ao funcionalismo público estadual, e que o pagamento dos mesmos seja efetuado simultaneamente ao pagamento do salário do mês de junho, levando-se em conta a situação difícil em que se encontra o funcionalismo público estadual, que recebeu o salário de maio defasado, e o mesmo acontecerá com o mês de junho, sendo que o pagamento do gatilho torna-se uma necessidade urgente, de sobrevivência aos servidores.

Sabendo-se que o Estado tem recursos para isso, como demonstram os repasses de recursos aos órgãos do Governo a título de "Excessos de arrecadação do tesouro", levando-se em conta ainda que as finanças do Estado terão uma melhoria substancial com o pacote econômico baixado no dia 12 de junho de 1987, e REQUER ainda envio de cópia do presente à FESPAR e FESPEP e a todas as associações de servidores estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com base no in-

ciso VIII, do Art. 16, da Constituição Estadual, a sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural, no período compreendido entre os dias 17 do corrente mês a 18 de julho de 1987, a convite, como representante do Legislativo do Paraná, no Congresso Mundial de Mulheres, que se realizará em Moscou.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido prende-se ao fato de convite recebido para participar como representante do Legislativo do Paraná, no Congresso Mundial de Mulheres, que se realizará em Moscou.

OBJETIVOS

Los objetivos son:

- Promover una mejor comprensión y cooperación mutua de las mujeres en favor de la paz y el desarme, la independencia nacional, la soberanía, la integridad territorial, la autodeterminación y la democracia, los derechos de las mujeres y los niños;

- discutir la implementación de las Estrategias Futuras adoptadas por la Conferencia Mundial del Decenio de la ONU para la mujer, en Nairobi.

PARTICIPACION

Está abierta a representantes de todas las organizaciones nacionales, regionales e internacionales no gubernamentales;

serán invitadas las Naciones Unidas y sus organizaciones especializadas y personalidades de la vida política, social, científica y cultural reconocidas a nivel nacional e internacional.

TRABAJO DEL CONGRESO

El Congreso trabajará durante 5 días en sesiones plenarias, comisiones y centros de discusión.

COMISIONES:

La discusión en las comisiones se centrará en los problemas y aspectos que conciernen particularmente a las mujeres tales como paz y desarme, independencia nacional, soberanía e integridad territorial, desarrollo, igualdad de la mujer, problemas de las mujeres trabajadoras del área rural y urbana, la familia, protección a la maternidad, educación, influencia y papel de los medios de comunicación de masas y cooperación en la implementación de las Estrategias Futuras adoptadas en Nairobi.

CENTROS DE DISCUSION.

Paralelamente a las comisiones funcionarán permanentes centros de discusión sobre diferentes problemas tales como mu-

jes en situaciones de emergencia, problemas de las mujeres jóvenes, protección al medio ambiente, influencia de la nueva tecnología en la situación de las mujeres, la vida de las mujeres en la sociedad socialista, etc.

Se pueden organizar encuentros de solidaridad, reuniones de grupos profesionales y de interés y discusiones informales etc.

Habrán también posibilidades de realizar exposiciones, exhibiciones de películas, videos, etc.

IDIOMAS OFICIALES

- Inglés, Francés, Español, Alemán, Árabe y Ruso.

FINANCIAMIENTO

Deberá pagarse una cuota de participación de 25 dólares por delegada.

Las delegadas deberán sufragar sus propios gastos de viaje.

Se ha creado un fondo para el Congreso Mundial de Mujeres.

N. de cuenta:

Special Fund "World Congress of Women 1987"

8685-2344-6483

Deutsche Außenhandelsbank AG

Sektor 433

Mittelstraße 53-54

DDR - Berlin 1080

El Comité Preparatorio Nacional de la Unión Soviética sufragará todos los gastos para la organización del Congreso incluido el hotel y la comida de las participantes.

Más información recibirán de la organización que convoca al Congreso:

FEDERACIÓN DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MUJERES

Unter den Linden 13

RDA - Berlin 1080

Tel.: 200-0331

DEL LLAMAMIENTO

AL CONGRESO MUNDIAL DE MUJERES

Preservar la vida y el futuro de la humanidad del peligro de una guerra nuclear, alcanzar una paz firme e duradera, asegurar el derecho de los pueblos a su independencia nacional, a su soberanía, al desarrollo, a la justicia, al progreso social y garantizar la igualdad de la mujer, exige la acción enérgica y conjunta de todas las fuerzas progresistas y amantes de la paz, de todos los hombres y mujeres del mundo.

...

Llamamos a todas las mujeres del mundo a tomar parte activa en los encuentros consultivos y seminarios que serán organizados en amplia cooperación con diversas organizaciones con vista a la preparación

del Congreso, así como a transmitir a la FDIM sugerencias. Ideas y propuestas que puedan enriquecer y hacer más eficiente y fructífera las labores del Congreso Mundial de Mujeres. Llamamos a todas las mujeres a brindar su aporte para que la humanidad arribe al 2000 sin armas nucleares, en condiciones de igualdad y de progreso social. Llamamos a todas las mujeres a la unión en la lucha común por crear un mundo de paz, justicia e dignidad.

CONGRESO MUNDIAL DE MUJERES

! ADELANTE HACIA EL 2000

SIN ARMAS NUCLEARES!

PAZ, IGUALDAD, DESARROLLO

Moscú, junio de 1987

Federación Democrática Internacional de Mujeres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER seja registrada nos Anais desta Casa, sugestão encaminhada ao Sr. Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, no sentido de asfaltar 10 km. de estradas vicinais para a região de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 16.06.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

Nossa sugestão prende-se a uma melhor distribuição de estrada asfáltica, atendendo de maneira eficaz a um maior número de população e de propriedades agrícolas da região.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 103/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CHOPINZINHO - "Casa da Amizade", com sede e foro na cidade de Chopinzinho-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 16.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho - Casa da Amizade, fundada em 20 de março de 1984, com Estatuto registrado sob n. 32, no livro A-1, fls. 42, em 19 de junho de 1984, do Registro de Pessoas jurídicas de Chopinzinho, preenche, conforme documentação inclusa, todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que, possuindo personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando desinteressada-

mente serviços à coletividade, inclusive no âmbito da assistência social e benéfica, não distribuindo dividendos ou gratificações a seus associados, e não remunerando sua diretoria, além de exercer atividades culturais, artísticas e filantrópicas de caráter geral.

Merecendo o aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando em favor dos menos favorecidos, justifica-se plenamente seja a Associação declarada de Utilidade Pública, a fim de possibilitar a continuidade do seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo Expediente a ser lido, passa-se ao Pequeno Expediente, antes porém, esta Presidência registra, com satisfação, o retorno à nossa Cidade, ao Estado e à Casa, do nosso Líder, Deputado Nestor Baptista, após uma viagem pela Europa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos, primeiro orador inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Srs. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

"Na prática de preservação dos solos o Paraná tem se mostrado pioneiro. Recentemente, deu exemplos a outros Estados e mesmo a outros países, com a implantação do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

Criado em 1983, no Governo José Richa, o Programa visava objetivos bem definidos: promover o planejamento integrado das microbacias hidrográficas, protegendo o meio ambiente com a participação da comunidade, favorecendo o pequeno produtor e fomentando o associativismo; dar treinamento técnico, elevando a produtividade sem exaurir o solo rural; além de permitir que núcleos de produtores programem e realizem esforços de reflorestamento conservacionista, manejo de solo, controle de águas fluviais, combate à erosão e programação integrada dos traçados de estradas e infra-estruturas.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os resultados desse Programa são inegáveis.

A maioria dos produtores rurais já estão conscientes da necessidade de um planejamento correto e da condução equilibrada da unidade produtiva, sem exterminar os recursos naturais.

Existe uma preocupação efetiva em controlar a erosão através da implantação de práticas conservacionistas, biológicas, vegetativas ou mecânicas, para a melhoria da capacidade produtiva do solo paranaense, bem como para o manejo e armazenamento hídrico.

E além disso, o mais importante, é que o Programa saiu do papel e foi levado à prática, ajudando a melhorar sensivelmente

a fertilidade do solo de milhares de propriedades, contribuindo assim para a preservação dos recursos naturais renováveis e para a melhoria das rendas dos produtos rurais.

O resultado foi tão animador que o Governo Federal, baseado na experiência paranaense, através do Decreto n. 94.076, de março deste ano, criou o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, vinculado ao Ministério da Agricultura, e com o objetivo de incentivar e implantar práticas de utilização racional de recursos naturais renováveis, em todas as Unidades da Federação.

Quanto ao Paraná, com o Governo Álvaro Dias, um novo plano para o Programa de Manejo de Solos e Água foi elaborado para o ano de 1987. Neste plano, que já está sendo efetivado, consta a atuação em 900 microbacias em 288 municípios, através de 288 equipes técnicas, envolvendo recursos da ordem de Cz\$ 550 milhões, provenientes exclusivamente do Estado, sendo Cz\$ 227 milhões da Secretaria da Agricultura, Cz\$ 130 milhões das prefeituras e Cz\$ 193 milhões dos produtores. Isso tudo para gastos com pessoas, treinamento, investimentos e custeio.

Agora, quanto ao Governo Federal, ainda não temos nada de concreto. A Secretaria de Estado da Agricultura solicitou do Ministro da Agricultura, Iris Rezende, a Liberação de Cz\$ 357 milhões como contrapartida aos recursos gastos pelo Estado, para serem aplicados em empreendimentos comunitários, financiamento de máquinas, assistência técnica e pesquisa, dentro do Programa Nacional de microbacias que no Paraná será compatibilizado com as ações em andamento do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Conhecemos as dificuldades financeiras do Governo Federal e entendemos a preocupação em conter os gastos públicos.

Mas sabemos também que a União tem que continuar a investir em empreendimentos com retornos rápidos e seguros, como é o caso do Programa de Microbacias Hidrográficas, mesmo porque estes recursos já estão previstos no orçamento do Ministério da Agricultura.

A nossa preocupação, Srs. Deputados, é que o Paraná seja mais uma vez discriminado, perdendo recursos para outros Estados, o que seria mais uma vez discriminado, perdendo recursos para outros Estados, o que seria imperdoável, pois foi justamente o Paraná que teve a ousadia de inovar e de arcar com os gastos da implantação deste programa que agora serve de exemplo para outras regiões do País.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazemos um apelo ao Ministro Iris

Rezende, para que atenda integralmente à justa reivindicação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento." (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nesta terça-feira, temos a satisfação de registrar a presença no Plenário desta Casa do Dr. Miguel Ângelo Gonzalez Casabianca, advogado paraguaio, Líder do Movimento Popular Colorado de Oposição ao regime do General Stroessner. O Dr. Casabianca, além de Presidente do Movimento Popular Colorado, no momento preside também o acordo nacional formado por quatro partidos paraguaios, que lutam na oposição para implantar a democracia naquele País.

O acordo nacional é composto pelo Movimento Popular Colorado, Partido Liberal Radical autêntico, Partido Revolucionário Federista e pelo Partido Democrata Cristão. Ao registrar a presença do Dr. Casabianca, nós que tivemos a oportunidade de sermos recebidos pela oposição paraguaia, queremos hoje, neste momento, registrar com muita satisfação a presença de um líder oposicionista paraguaio que vem ao Paraná, não diria retribuir a nossa visita de cordialidade e de solidariedade, mas vem na busca da conquista e integração latino-americana, integração esta que passa necessariamente pela democracia, pela justiça e pela liberdade.

Democracia, justiça e liberdade, que todos os países da América Latina procuram juntos e solidários também implantar no Chile, no Paraguai, e que estão distantes de vê-las brilhar, por meio de uma participação efetiva do povo nas decisões dos seus países.

Dr. Casabianca, seja bem vindo ao Parlamento paranaense. V.Exa. como Líder da Oposição paraguaia, tenho certeza sente-se em casa, pois aqui se respira liberdade e se busca a justiça; neste País almeja-se acima de tudo a democracia não só para o povo brasileiro e paranaense, mas também se quer a democracia em todos os rincões da América Latina. E que aqui ecoem sempre as vozes dos grandes líderes libertadores deste continente. Que se ouça sempre o grito da liberdade de Martin, de Bolívar, de Tancredo Neves de tão recente memória, e a voz de um Alfonsín; bem como a voz de um Álvaro Dias, José Richa e tantos outros líderes, como Franco Montoro, que contribuíram para que a democracia chegasse ao

Brasil.

Tenha também a saudação do nosso Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de tantas lutas, e que foi construído sob o tacão das ditaduras e o laço ferrenho dos militares que então governavam o País.

Hoje, temos um compromisso sério de conduzir o Brasil ao seu destino democrático. Mas, também, a consciência serena de que é necessário prestarmos a nossa solidariedade aos países e aqueles líderes que procuram a democracia como desejara V.Exa no Paraguai. Tenha de nós aqui a compreensão, a solidariedade e que este território lhe sirva sempre como respaldo de entusiasmo para enfrentar aquela luta, que sei que não é das mais fáceis, mas que um dia dará a democracia ao Paraguai.

Tenha a plena certeza no conagraamento conosco numa festa democrática, conquistando lá esses benefícios que tão prazerosamente serão recebidos pelo povo paraguaio. Saúdo-o nesta luta, em vinte e quatro anos de exílio V.Exa. tem o coração marcado pela saudade do seu povo, mas principalmente pela tenacidade com que V.Exa faz a luta para conquistar a democracia.

Vamos nos integrar, e somar, Dr. Casabianca, e pelo que V.Exa que transmita aos demais líderes do Paraguai o nosso abraço fraterno, não esquecendo nunca a frase bonita do poeta e cantor que dizia e diz Yo tengo muchos hermanos, pero no los puedo contar; pero tengo una hermana muy hermosa, que se chama libertad".

Que seja a liberdade o nosso abraço fraterno de todos os países da América Latina. Leve, Dr. Casabianca essa nossa saudação fraterna, amiga, democrática, com o espírito e a bandeira da liberdade, da justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez estamos assistindo nesta Nação o crime das autoridades federais contra os trabalhadores que, nos últimos meses, ou melhor, a partir do mês de novembro de 1986 até o presente momento, tiveram o seu salário diminuído em mais de 20% em seu poder aquisitivo real. Agora, com o novo "pacote econômico", o governo vem definitivamente enterrar o poder de compra do salário do trabalhador e transformar cada lar, cada lar, cada trabalhador e seus filhos, em homens com mais fome e mais desesperados. E é por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados

que, como peemedebista que somos, não poderíamos deixar de nos manifestar e de encaminhar requerimento à Mesa pedindo a aprovação desta Assembléia para que seja modificada a política salarial anunciada no dia 12 deste mês de junho.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O salário-mínimo foi criado em 1947 para suprir as despesas do trabalhador e de sua família, com transporte, alimentação, saúde, educação, vestuário e lazer. Este novo salário-mínimo, que hoje é de Cz\$ 1.970 representa o mais baixo da história do País em termos reais, pois o salário-mínimo vale, hoje apenas 37% do que valia em 1946 - isto em dados do Departamento Inter-Sindical de Estudos e Estatísticas. Ao baixar o novo "pacote econômico" o Governo deixou de lado a sua meta, contida no Plano Nacional de Desenvolvimento, de recompor o valor real do salário-mínimo, e concedeu reajuste de apenas 20% previsto na escala móvel de salário pela lei salarial.

Hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a política adotada pelo Governo no dia 12 passado, ele estará provocando o maior achatamento salarial de toda a nossa história sem dúvida alguma! Enquanto os preços foram congelados no seu pico, porque a especulação, no congelamento levam a isso, a ganância de alguns empresários elevou o custo de alguns alimentos a níveis nunca vistos neste País. Enquanto isso, sequer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, será respeitada a lei que garantia o "gatilho salarial", que acompanhava - mal ou bem - parte da perda sofrida pelos trabalhadores. A inflação do mês de junho, conforme foi declarado, se for a maior da história do Brasil, será de 27%, e o resíduo do mês de maio, que para algumas categorias que têm data base no dissídio do mês de dezembro, chega a 17,4%, só será inteirada, parceladamente, em seis meses, após o congelamento dos preços!

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Manifesto aqui minha indignação e encaminho, com o apoio desta Casa de Leis, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Fazenda e ao Senhor Presidente do PMDB, telex pedindo a urgente revisão desses critérios de reajuste salarial, porque não é possível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós aqui do Parlamento, aqui conduzidos pelo voto do povo, e dos trabalhadores, que são maioria, nos calemos diante de mais essa injustiça.

Por isso, pedimos a aprovação deste requerimento, de envio de telex, para que pelo menos tentemos sensibilizar as autoridades insensíveis, que usurpam o salário

do povo, destroem o seu poder de compra e aumentam a fome nos lares dos brasileiros. Esta indignação fica registrada, e pedimos o apelo para o encaminhamento do telex.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Aproveitando esse feriado, percorremos a nossa região, e nos deparamos neste final de semana com um novo plano, pacotes e mais pacotes, e tudo isso é uma forma de engodo perpretado por aqueles que até ontem gritavam contra o autoritarismo, a inflação, os aumentos absurdos. Hoje, muitos deles se calam quando se trata de criticar as questões caras ao Governo Federal.

Alguns autênticos, até podemos dizer, como o Deputado que me antecedeu, Deputado Paulino José Delazeri, fazendo uma crítica e levantando acima de tudo, a bandeira do trabalhador.

Vossa Excelência está de parabéns, Deputado Paulino José Delazeri, e tenho a certeza de que os trabalhadores da região de Palotina, sentem-se orgulhosos de tê-lo neste Parlamento, como nós, colegas de trabalho.

Senhor Presidente, está na hora e chegou o momento sim, do grande pacto, do pacto nacional, de um compromisso com a Nação e os governantes que estão no poder. Na minha região, em Maringá, no último sábado, por ocasião de uma entrevista, perguntava-me um jornalista se eu apoiava as novas medidas do Governo Federal ou o Plano Bresser.

Respondi a este jornalista, que enfim chegou o grande momento do pacto pelo qual todos nós clamávamos.

Apoiamos sim, as medidas do Governo Federal, desde que o Presidente José Sarney assuma o compromisso de que em não dando certo o Plano Bresser, venha à televisão, numa rede de emissoras deste País, dizer que é incompetente para governar o Brasil e dê oportunidade ao povo brasileiro para que o homem calejado, o trabalhador, o assalariado possa exercer, livre e democraticamente o direito do voto e eleger um Presidente sem compromisso com o poder econômico, e as multinacionais, um Presidente nacionalista e que promova as grandes reformas e mudanças que este País, almeja, principalmente a classe trabalhadora.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado

do Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Na semana passada, tive oportunidade de, desta tribuna, tecer algumas considerações a respeito do Instituto Politécnico Estadual, que tem inclusive ameaçada a sua sobrevivência. Quero nesta oportunidade levantar alguns dados e gostaria até que os Senhores Parlamentares da Situação os levassem ao conhecimento do Governador do Estado, pois trata-se de mais um escândalo. Temos documentos em mãos e é responsabilidade do Governador Álvaro Dias solicitar a devida investigação que o caso merece.

Vejam em, temos recebido várias denúncias, e já nos manifestamos aqui desta tribuna, e outras ocasiões, a respeito da tentativa que se faz para acabar com a única escola profissionalizante em Curitiba e a terceira que existe em todo o Paraná que é o Instituto Politécnico Estadual de Curitiba.

Tenta-se transferir este Instituto para o Governo Federal, entregando-o de mãos beijadas ao CEFET. Segundo as informações que recebemos e os levantamentos que temos, há a tentativa de passar-se um patrimônio que foi construído com o dinheiro do povo do Paraná do povo desta Capital, tenta-se transferir de mãos beijadas, como já disse, para o Governo Federal, a fim de encobrir fraudes que teriam acontecido dentro desse Instituto.

Em reunião realizada na última quarta-feira, entre a Comissão formada pela Secretaria de Educação e o CEFET, apresentou-se uma proposta ou um plano para encampar o Instituto Politécnico, porque já foram colocadas algumas outras posições, até mesmo para fechar aquele Instituto. O Instituto Politécnico Estadual no qual têm elementos aprendendo Eletrotécnica, Eletrônica, Química, e cursos vários que vão passar para o CEFET.

E o que é que o CEFET vai transferir para o Instituto? Nada, absolutamente nada. E pelo jeito, lamentavelmente, pelo que se tem conhecimento, tudo já está planejado e acertado. E isto tudo, repito - para tratar-se abafar um escândalo que existe.

Temos em mãos documentos importantes que provam o que vamos relatar desta tribuna. Através de um demonstrativo feito pela Secretaria da Educação, o Instituto Politécnico possui noventa cargos, de acordo com a listagem dos Recursos Humanos. E entre estes setenta e seis professores. Através de levantamento feito pelo próprio Instituto Politécnico Estadual, dez professores são fantasmas, nunca apareceram naquele estabelecimento, nunca

compareceram para dar qualquer tipo de aula e nem sequer são conhecidos dentro do mesmo.

E temos em mãos, um dossiê, todo com relação ao Instituto que está aqui - e é extenso inclusive - fazendo um demonstrativo e levantamento do que é realmente o Instituto Politécnico Estadual: noventa professores, dez deles são fantasmas. Também pelo relatório da Secretaria da Educação, para efeito de gastos - e vejam que barbaridade -, para a Secretaria cada aluno do Instituto custa Cz\$ 1.683,30. No entanto, no levantamento feito pela Direção do Instituto Politécnico, cada estudante custa Cz\$ 734,50, quer dizer, dobrou. O levantamento feito pelo Instituto, que deveria ser o contrário, até porque seria uma forma de o Instituto desviar verbas, deveria ser aí duas vezes mais do que a Secretaria diz e, no entanto, é menor, para provar a seriedade da Direção do Instituto.

Para onde está indo esta diferença de Cz\$ 1.683,00 para Cz\$ 734,00? O Deputado Rafael Greca conosco tem acompanhado um trabalho junto ao Instituto Politécnico Estadual, e sabe das dificuldades porque passa aquele Instituto, e da sua importância para a formação profissional, principalmente do pessoal de Curitiba e da região metropolitana, bem como de Ponta Grossa, Rio Branco do Sul, Paranaguá, Campo Largo, e São José dos Pinhais que também lá estudam.

Então, pergunta-se: para onde está indo esse dinheiro? Existe uma diferença: a Secretaria da Educação diz que gasta Cz\$ 20.199,68 anualmente com os alunos. Temos provas de que só são gastos Cz\$ 8 mil por ano. Vejam a diferença! E observem a insignificância da verba que oferece o Governo para um Instituto de tamanha importância.

Agora, Vossas Excelências podem perguntar como é que o mesmo sobrevive. O Deputado Rafael Greca que esteve juntamente com o Deputado Raul Lopes visitando-o pôde comprovar que, pelo trabalho, pela seriedade e dedicação de um grupo de abnegados, é que sobrevive uma escola tão importante para o nosso Estado e que, lamentavelmente, está no mais completo abandono. Então, eu dizia que a Secretaria afirma que gasta Cz\$ 20 mil e, no entanto a Direção da Escola diz que gasta Cz\$ 8 mil. Para onde estaria indo esta diferença entre um levantamento e o outro?

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

É para dizer que este seu interesse há de ser o interesse de todos os que tiveram votos em Curitiba, porque o Instituto Po-

litécnico do Boqueirão é um estabelecimento da maior importância para a região metropolitana de Curitiba. Vale dizer que se trata de uma escola técnica, e profissionalizante. A Secretaria da Educação está muito desaparelhada para atender as escolas profissionalizantes.

Há uma outra escola, a Escola República Argentina, que é a velha escola de artes e ofícios do Paraná, fundada em 1876, a qual ensina culinária, toucador, corte e costura, datilografia, enfim profissões médias. Pois bem, outro dia fomos visitar o Secretário da Educação com um grupo de professoras e sua diretora e descobrimos, conversando com o Professor Belmiro Castor, que a referida escola, desde 1984, não pode mais expedir certificados porque a Professora Gilda Poli esqueceu-se revalidar o prazo para a concessão.

Isto fica registrado para mostrar como vai o descaso com o ensino profissionalizante, não só no Paraná, como no País. É o próprio modelo da educação brasileira que está em questão no seu discurso e que está sendo focado neste problema do Instituto Politécnico. Se pessoas como Manoel Ribas, que foi Interventor no Paraná no tempo do Estado Novo, quando ainda era Presidente da República Getúlio Vargas, e se pessoas como os velhos Presidentes da Província do Paraná, como o que criou, em 1876, o Liceu de Artes e Ofícios do Paraná, tinham esta visão, parece que o Brasil de repente a perdeu. Agora educamos para consumir. Educamos para que se perceba o produto da moda e se compre pelo vídeo da TV Globo. Educamos as pessoas para que percebam, de repente, a engrenagem da produção e entrem nelas completamente desaparelhadas. Não temos uma escola viva no Brasil e que eduque para a liberdade, muito menos para a formação profissional.

Então, felicito-o e também me associo aos seus encômios à Diretoria do Instituto Politécnico do Boqueirão e imagino, conhecendo como conheço a personalidade do Secretário de Educação, que ele irá a fundo nesta questão e não vai decretar o fim desta instituição, muito menos a sua falência. E mais, que Sua Excelência vai nos contar onde é que foi aplicado o dinheiro do convênio MEC-BIRD, que não é de poucos mil cruzados, como V.Exa. está historizando, mas de muitos milhões de cruzados; alguns deles destinados pelo Banco Mundial para este Instituto Politécnico do Boqueirão, hoje de falência alegada. Era isto.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Rafael Greca. Menciona Vossa Excelência a etapa seguinte deste meu pronunciamento, quando falo que além dos professores fantasmas, há o problema de des-

vios de verbas. E são verbas altíssimas. Há um convênio existente, do Ministério de Educação, MEC, com o BIRD, instituição internacional.

Temos em mãos documentos da Secretaria de Educação onde consta que por este convênio MEC-BIRD foram investidos no Instituto Politécnico Estadual Cr\$ 42 milhões, 115 mil cruzeiros. Na época dos cruzeiros ainda. Em 1985, investiu-se Cr\$ 290 milhões, 515 mil cruzeiros. Em 1986, ainda em cruzeiros, investiu-se 643 milhões, 930 mil. E agora, em 1987, Cz\$ 3 milhões e 350 mil cruzados, programados para equipamentos para o Instituto Politécnico Estadual. E vejam que isto deveria ser aplicado em equipamentos para o Instituto só que nunca foi comprado um único equipamento! Este dinheiro nunca apareceu no Instituto Politécnico Estadual! Então, para onde é que foi este dinheiro? Onde é que foram parar os dólares do Convênio MEC-BIRD? É esta a verdadeira razão de se querer transferir o Instituto para o CEFET, transferir do âmbito estadual para o âmbito federal, exatamente na tentativa de se encobrir o escândalo do desvio destes dólares, no montante de Cz\$ 3.350 mil, de Cr\$ 643 milhões, de Cr\$ 290 milhões e de Cr\$ 42 milhões.

É aí, me parece, segundo os próprios levantamentos feitos pela direção do estabelecimento, que se localizam as razões porque se quer fazer a transferência, porque aí se anula completamente tudo isso e nada vai aparecer! Porque o CEFET tem equipamentos, o CEFET é uma escola montada, tem todo o tipo de equipamentos, e possivelmente, quando chegar aqui no Brasil a Comissão do MEC-BIRD, quando chegar em Curitiba esta Comissão, que deverá chegar em agosto, para comprovar a aplicação ou não dos recursos que foram mandados para cá através deste Convênio, vai chegar à conclusão de que realmente foram aplicados, porque vai ver a existência dos equipamentos do CEFET. Mas se continuarem com o Instituto Politécnico, a Comissão MEC-BIRD não vai encontrar equipamentos, mas apenas os que lá existem e que foram comprados com dinheiro da comunidade, com o dinheiro arrecadado até por meio de uma cantina, além de festas e bingos também realizados para poder manter o estabelecimento em pé, para dar o atendimento a alguns alunos que lá se encontram. Vejam bem Senhores, isto é uma coisa séria!

É tão séria como o escândalo da merenda; como o escândalo da PROMOPAR; é tão séria como o escândalo da carne do IAM, da carne que desviaram das crianças do Instituto de Assistência ao Menor. É tão séria como os almoços e os jantares da FREI, na época de campanha política; é tão séria como o pernil da SUREHMA, também na campa-

nha política; é tão séria como as denúncias, agora, de "chuncho", nas concorrências da SESB, revelados por toda a imprensa; e é tão séria como as denúncias de favorecimento na entrega de apartamentos do IPE, em Maringá!

Então, é por isso que nós chamamos a atenção dos Senhores Parlamentares da situação, para que levem ao conhecimento de Sua Excelência, o Governador, porque estranhamente este Parlamentar encaminhou uma matéria à imprensa e a imprensa não a publicou, não sei porque. Talvez, se o mesmo conteúdo for encaminhado por algum Parlamentar da Situação, pode ser que seja publicado.

Vejam bem, são 2.000 alunos que lá estão, no Instituto Politécnico, que é a única Escola que dá cursos técnicos profissionalizantes. Nós estivemos lá acompanhados dos Senhores Deputados Rafael Greca e Raul Vitor Lopes, juntamente com Vereadores de Curitiba para comprovar as denúncias. Nós conhecemos o Instituto Politécnico Estadual, sabemos da sua importância para o Paraná, para Curitiba e principalmente para a Região Metropolitana. É quase uma escola modelo, e isso tudo vai acabar por quê? Porque é preciso encobrir uma fraude, a fraude do Convênio MEC-BIRD!

Nós estamos ainda esperando resposta a um Pedido de Informações que enviamos ao Secretário de Educação, e até hoje não respondido. Também queremos maiores dados acerca das horas excedentes, pois a Secretaria aponta, no seu Relatório, no seu levantamento, mais de 250 horas extras, mas que não foram usadas em aulas no Instituto Politécnico Estadual. Está completamente furado o relatório da Secretaria de Educação, não existem as horas extras, mas lamentavelmente devem ter sido pagas aos professores.

Os dados da Secretaria de Educação não batem com os dados do Instituto Politécnico. E por que é que não batem? Onde é que está a verdade? Onde é que está o dinheiro do MEC-BIRD, os dólares? Onde é que estão os dez professores fantasmas?

É preciso que Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias solicite a abertura de uma sindicância para apurar as fraudes e as irregularidades que existem no Instituto Politécnico Estadual. Eu até convoco os integrantes da Comissão de Educação desta Casa para que se faça um levantamento, para que se ouça os Diretores daquele estabelecimento, para que venham aqui nesta Casa depôr e assim todos fiquem sabendo da realidade do que se passa no Instituto Politécnico Estadual.

Sabemos que o Governador está pretendendo moralizar este Estado com a descoberta de tantos e tantos escândalos que estão aí e que, diga-se também de passa-

gem, não são escândalos que vêm de governos de vinte anos atrás, não. São de governos recentes deste Estado, que se sentaram no Palácio Iguazu nos últimos quatro anos. Então é preciso que tudo isso venha a ter o devido esclarecimento. Os alunos do CEFET, as famílias envolvidas, os professores, sabem que podem contar com os Parlamentares desta Casa para que uma investigação seja feita no sentido de apurar devidamente o que está acontecendo.

Nós temos documentos; se a Comissão de Educação desta Casa necessitar eu passarei esses documentos, os dados, inclusive com nomes de supostos professores e que até hoje não são conhecidos naquele Instituto, que recebem bons salários e devem estar exercendo função em algum outro estabelecimento; pois nunca compareceram ao Instituto Politécnico Estadual, lá nunca deram aulas e, por consequência, não poderiam estar ganhando horas extras, também. São fatos realmente interessantes que nós trazemos aqui ao conhecimento dos Senhores, todos devidamente documentados. Tenho aqui em mãos um dossiê, o qual coloco à disposição dos Senhores Parlamentares e em especial do Líder do Governo e do Líder da Bancada do PMDB, para que se repare o possível erro que irá se cometer ao se transferir um patrimônio nosso, o patrimônio que foi construído com dinheiro do povo do Paraná, o patrimônio que está lá a disposição de estudantes de Curitiba, da Região Metropolitana e também do interior do Estado, e que de repente vai passar para o CEFET, na tentativa de se encobrir fraudes que lá foram constatadas.

Era esta a nossa posição, era este o nosso pronunciamento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alertando mais uma vez esta Casa e em especial a Liderança do Governo, da importância de se levar em conta o que nós dissemos hoje aqui nesta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PDT.

(Declina).

Havendo declinado, está com a palavra a representação do Partido Liberal.

(Declina).

Havendo declinado passo a palavra à representação do PT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares.

Nesta terça-feira, o nosso primeiro dia útil da semana, após um novo golpe, uma nova fase de golpes em cima da classe

trabalhadora brasileira, certamente o Partido dos Trabalhadores teria por obrigação invocar alguns pontos importantes de análise das últimas medidas econômicas impostas à nossa Nação.

O terceiro Plano Cruzado ou não sei como poderíamos denominá-lo melhor, bem como nos seus objetivos, que, como costumeiramente foram implantados por Decreto, em nosso ponto-de-vista significa o seguinte:

Primeiro: qual o objetivo que justifica as medidas tomadas? Obter saldo comercial para pagamento dos juros da dívida externa e com isso se evitar a recessão.

Essa foi a justificativa principal, dada pelos autores dessas medidas.

Segundo: congelar os preços e aliás esta foi a única medida apresentada que, na aparência, atende às necessidades da população. No entanto, todos nós sabemos que todos os produtos foram congelados depois de haverem sido violentamente remarcados, e com isso, os empresários e os grandes comerciantes, tanto comerciais, quanto industriais, nada perdem com o congelamento. Se é que intencionalmente "DESTA VEZ DARÁ CERTO", eles nada perderão!

As demais medidas tomadas cumpriram rigorosamente as necessidades e as imposições do Fundo Monetário Internacional, que são:

Primeiro: Acabar com o "gatilho". Isso, além de atender aos interesses do Fundo Monetário Internacional, atende também às pressões dos Governadores e aos reclamos da maioria do empresariado brasileiro, que estava querendo o fim do "gatilho". No entanto, isso vem a fazer o que?

Vem aumentar brutalmente o arrocho salarial da classe trabalhadora, e os trabalhadores, como bem disse outro colega Parlamentar da tribuna, no dia de hoje, já haviam perdido, de janeiro a maio, mais de 30% do valor real do seu salário. Isso, de janeiro a maio! Agora, com o fim do "gatilho", perdem quinze dias de inflação, o que dá mais de 20%! Além disso, há o resíduo da inflação depois do "gatilho" de maio, que será pago em seis prestações após o fim do congelamento. E ainda mais, a forma encontrada para reajustar os salários também não favorece a classe trabalhadora, pois vai representar perdas mensalmente, isso se a inflação for ascendente, o que é lógico que ocorrerá.

O segundo ponto que atende aos interesses do Fundo Monetário Internacional tem a ver com a taxa de câmbio, pois, ao desvalorizar o cruzado em 9,5% o Governo pretende estimular a exportação. Isso significa que vai haver mais ganho para os exportadores e vai haver um aumento de "superávits" na balança de pagamentos. Por outro lado, significa que o que a gente

vai comprar ficará mais caro, e significa também que a taxa de inflação aumentará com essas importações.

Esta também foi uma exigência do Fundo Monetário Internacional.

Uma terceira exigência do FMI também foi cumprida: acabar com a inflação.

Na verdade a inflação não vai acabar, mas o Estado, através dessas medidas, tentará controlar a inflação, trata-se, é claro, da disposição do Governo em fazer com que a inflação simplesmente favoreça a uma classe, que é a classe dominante e se alguém tem que pagar por isso, que seja a classe trabalhadora!

Em quarto lugar, quer se baixar as taxas de juros. Esta meta será conseguida na medida em que o Governo controlar a inflação e usar os mecanismos da economia.

Em quinto lugar, acabar com o subsídio do trigo. A rigor, para o produtor isso nada muda, mas para o consumidor sim, porque para ele haverá um aumento, especialmente de custo dos produtos industrializados e com isso, certamente, quem vai pagar o pato serão os consumidores.

Portanto, essas medidas vieram para beneficiar o capital e aumentar o arrocho salarial dos trabalhadores. Os produtos todos foram aumentados antes do congelamento; todos os empresários foram avisados do congelamento. E o Governo, ao fazer o Decreto, elevou as tarifas públicas como energia, telefone e outras.

O Governo também aumentou os produtos de primeira necessidade, tais como, o leite, o pão, e outros.

E por fim, a última exigência do FMI era acabar com o déficit público. Para tal, o governo anuncia cortes em determinadas obras. Na verdade, ele não cortou nenhuma obra, pois nenhuma delas tinha recursos orçados. Dessa forma, o governo só cortou os sonhos que ele tinha, pois o déficit ficou no mesmo tamanho, isto é, em torno de 3,5%. O que diminuiu foi o déficit que haveria com a construção de tais obras. Neste sentido existe aquele exemplo, muito rico: o Governo quando cortou ou dá a entender que cortou essas obras, fez como aquele pai que chamado pelo filho mais velho para resolver o problema de espaço da casa, diz : que o filho deve pôr uma vaca dentro de casa. Aí ele põe a vaca dentro de casa e reclama que agora está muito apertado. Aí o pai recomenda: mas, então, vá e tire a vaca, que os seus filhos vão ficar bem contentes.

Então, é isso que o governo procura fazer. Criar um problema, põe a vaca dentro de casa e, depois dá a entender para a população que ele está resolvendo os problemas por ele mesmo criado.

Então, é isto que o governo procura dar a entender. Através da eliminação da

linha vermelha, da suspensão da Ferrovia Norte-Sul, da Ferrovia da Produção, de Itaipu, e de outras obras faraônicas, ele tenta justificar essas medidas e se ajoelha na frente do FMI e acaba com o gatilho, o que significa arrocho salarial.

Muito obrigado, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a representação do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados:

As manifestações ouvidas nesta Casa, hoje, foram unânimes em condenar o novo plano econômico do Governo, se assim pode se chamá-lo.

Mas, nós vamos mais longe, o que houve não foi congelamento de preços, o que houve foi congelamento de salários, o que houve foi o egocentrismo do Presidente Sarney, em tentar permanecer cinco anos no Poder.

No fundo deste plano há um acordo com os governadores de Estado. Este plano não representa outra coisa senão o fim do gatilho salarial. O Presidente da República não pôde cumprir a sua promessa de antecipação de receita aos governadores que o apóiam para um mandato de cinco anos.

Então, resolveu compensá-los com o fim do gatilho salarial, com o arrocho salarial. No mesmo instante, em que o governo, decreta o congelamento de salários... o que é que ele faz? Aumenta as tarifas públicas, aumenta os derivados do petróleo, aumenta o preço do trigo, do pão, do leite, dá um prazo de setenta e duas horas para que se remarque à vontade os preços neste País.

Nunca se viu um homem mais insensível na Presidência da República! Sarney passa para a História deste País como verdadeiro algoz do povo, como o homem mais insensível, como o homem mais pusilânime, como o mais despreparado para as funções de Presidente da República!

É necessário que os Deputados de todas as Assembleias Legislativas assinem moção pedindo a renúncia de um homem que tem infelicidade esta Nação; não podemos aceitar um engodo desses para a população brasileira.

Nós já sofremos com o Plano Cruzado, onde arrasou-se com as finanças do País, acabou-se com as reservas cambiais do País, manteve-se um congelamento artificial, à custa de importações ruinosas para a agricultura e para as reservas cambiais da Nação. Agüentou-se um Plano com objetivo meramente eleitoral.

Passadas as eleições de novembro de 1986, verificada a vitória do partido majoritário, o partido que dá sustentação ao

Presidente Sarney, veio a punhalada nas costas do povo.

Hoje, ainda, fui obrigado a ouvir nesta Casa, alguém apelar a Ulysses Guimarães, um político senil, que é o grande responsável pelo descalabro da economia brasileira, ele e os economistas do PMDB. Não podemos mais aceitar calados um abuso destes contra a população brasileira, contra o assalariado, que perde nesses noventa dias, 30% do seu salário, para depois tê-lo recomposto na base de 4% ao mês, se é que isto ocorrerá.

Está aqui o nosso repúdio, o nosso apoio ao telex do nobre Deputado Paulino José Delazeri, e o nosso apoio a todos os oradores que nos antecederam na tribuna, sobre o mesmo assunto.

Mas, em meio de todas essas incertezas, em meio da tristeza imensa que se abate hoje sobre a Nação brasileira, com este malfadado pacote econômico, no Paraná, temos a satisfação de verificar que numa pesquisa feita pela Folha de São Paulo, o Governador Álvaro Dias desponta como o melhor Governador da safra de 1986, obtendo 71% de aprovação nessa pesquisa.

Isso para o Paraná é de muita relevância, porque dá ao Estado a força reivindicatória que até hoje não teve.

Quando um Governador projeta-se no cenário da Nação, quando ele é considerado como ótimo em meio a Governadores que têm um desempenho apenas regular e péssimo, e com apenas o Governador da Bahia considerado bom.

Quando temos um Governador que obtém esse apoio que o classifica como ótimo, dá ao Estado uma força de reivindicação extraordinária, para que o Paraná possa efetivamente fazer valer seus direitos, junto à Federação, junto ao Governo Federal. E não tem sido outra a posição do Governador Álvaro Dias, de reivindicar para o Estado aquilo que não é favor, que não é esmola, mas que é um direito pela pujança, pela produção extraordinária, pela contribuição que este Estado tem dado, principalmente no campo agrícola, à Nação brasileira.

Isso nos deixa, a nós do PTB, perfeitamente gratificados. Gratificados porque o nosso Partido abraçou a candidatura Álvaro Dias. Não, esse apoio não foi decisivo, evidentemente, porque a vitória de Álvaro Dias foi uma avalanche.

Com ou sem PTB ele teria sido eleito Governador do Estado, mas nos deixa sumamente gratificados, porque verificamos que o nosso voto, foi um voto dado de maneira correta, isto nos deixa, repito mais uma vez, absolutamente tranquilos, porque muitas e muitas vezes fomos cobrados por esse apoio que demos ao jovem candidato, e hoje está aqui a resposta.

Oxalá, este Governador continue tomando medidas administrativas corretas, combatendo sem tréguas a corrupção administrativa e tomando medidas que realmente representem as aspirações do povo do Paraná, ele colherá sempre o carinho, a compreensão e o amor do povo, porque nós sempre soubemos que cada um colhe aquilo que planta: quem planta ventos, colhe tempestades, e quem planta medidas corretas na administração pública, efetivamente colhe isto que está recebendo hoje do povo do Paraná, o Governador Álvaro Dias.

Para o Presidente da República, seria bom que ele olhasse o exemplo do Paraná, que ele olhasse o exemplo do jovem Governador, que tem tomado medidas decisivas contra a corrupção administrativa. Se o Sr. José Sarney tivesse tido a coragem, tivesse tido a visão de estadista que tem o Governador do Paraná, o déficit público teria sido reduzido, medidas de moralidade administrativa teriam sido implantadas.

E o que é que temos visto na Nova República? Exatamente o contrário: a teimosia do Presidente em construir uma ferrovia com os intuitos que todos conhecemos e que existia por trás da sua construção. Vimos que a concorrência foi um escândalo nacional, e mesmo assim o Presidente insistia na construção dessa ferrovia.

E agora vem com a maior desfaçatez, com a maior cara-de-pau deste mundo, vem dizer que o Governo Federal dará uma contribuição à economia do País, que ele adia a construção da Ferrovia Norte-Sul por seis meses. Como? Que contribuição é essa na redução do déficit se os recursos para esta ferrovia ainda não estavam alocados?

Então, vejo mais uma vez, a insensibilidade do Governo para com os problemas nacionais. Mas aí está o exemplo do Paraná, que deveria ser seguido pelo Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao nobre representante do Sudoeste, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entre as críticas à política econômica do Governo Federal, retratadas talvez no pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, Líder da Bancada do PTB, quero acreditar que se faz sentir melhor ainda o desempenho do Governo do Estado do Paraná e a lucidez do Deputado, desempenhando verdadeiro papel de Oposição, capaz de criticar os atos errados e capaz de reconhecer um bom Governo.

Todos nós do Paraná, sem dúvida alguma, estamos orgulhosos nesta data. O Governador dos paranaenses, eleito com ampla maioria de votos pela população do nosso Estado, desponta numa pesquisa da "Folha de São Paulo", como o melhor Governador de todos os que foram eleitos no território nacional. Independente de partido, independente de posição ideológica, no verdadeiro reconhecimento ao trabalho dos paranaenses e seus administradores, todos nós temos que reconhecer que caminhamos verdadeiramente para construir um Estado sólido, justo, humano e cristão.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a "Folha de São Paulo", poucos dias antes da eleição de novembro, fez um levantamento, uma pesquisa, para saber da expectativa dos paranaenses com relação ao Governo Álvaro Dias.

No nível bom e ótimo, aquela pesquisa mostrava 39% em relação a Álvaro Dias. Hoje, precisamente no mês de junho, eleva-se este nível para 61%. E se considerarmos que a tendência do entrevistado, quando se pergunta sobre Governo, é dizer que está regular, vamos chegar à conclusão de que o Governo do Estado do Paraná entre regular, bom e ótimo, atinge o percentual de 89% dos entrevistados de um jornal que não é paranaense, que não tem mídia na imprensa, e que fez uma pesquisa séria.

Mas em que período, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Álvaro Dias consegue 71% entre bom e ótimo na pesquisa realizada num período de descrença nacional? Num dos períodos mais difíceis da economia deste País; num dos períodos em que o plano federal faz com que todo o trabalhador, microempresário, industrial, agricultor, profissional liberal, estejam desesperançosos de nosso País. Nem nos melhores momentos do Plano Cruzado, o próprio Governo Federal não conseguiu índices tão positivos como os que atinge o Governador Álvaro Dias.

Quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que não é num instante em que o Paraná está vivendo um momento de facilidades econômicas que o Governador Álvaro Dias consegue o apoio da população paranaense; é exatamente num instante em que a inflação acumulada de janeiro a maio atinge 90,48% e a receita de ICM de nosso Estado cresce apenas 42,4%. O apoio da população do Paraná é dado num momento em que o Governo do Estado do Paraná teve um déficit orçamentário, atingindo Cz\$ 682 milhões; o apoio popular vem no instante em que há uma previsão de déficit de Cz\$ 2,4 bilhões. Isto vale dizer que o Governo teve que conter despesas, desaquecer obras e não está iniciando obras para agradar a população, mas está cuidando do orçamento do Estado.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, neste mar de governadores, amplamente apoiados pela população para chegarem ao Governo, legitimamente, empossados pelas urnas, grande parte deles não estão correspondendo à expectativa em seus Estados? Desponta o Governador Álvaro Dias com preferência popular marcante pela seriedade, pela sensibilidade de conhecer as dificuldades de nosso Estado; pela firmeza de suas posições na correção dos atos praticados por maus servidores de nosso Estado; na liberação de recursos exíguos dos cofres do Estado do Paraná, para socorrer a dificuldade dos paranaenses; na sua postura humilde, séria, competente, democrática e participativa; na convivência constante com os paranaenses; no diálogo com os trabalhadores e com os servidores e no cumprimento de sua missão.

Por isto Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, na condição de Líder desta Bancada do PMDB, que não tem faltado no apoio ao seu Governador, porque sabe que neste apoio se retrata a vontade popular, viemos à esta tribuna não para fazermos loas ao Governador Álvaro Dias mas para dizermos às Bancadas desta Casa que precisamos continuar trabalhando com o Governo do Estado do Paraná nas grandes lutas que o Paraná enfrenta. Precisamos continuar acreditando que Governos legítimos são representativos, têm apoio popular, e tendo apoio popular, têm condições para executar as obras que se fazem necessárias.

Esta é a oportunidade para firmarmos, uma vez mais, o compromisso de levantarmos o Paraná no cenário nacional, mostrando ao Brasil que é com trabalho, decência, dedicação, humildade e justiça social, que haveremos de tirar o País da crise econômica em que está vivendo, que é olhando para os segmentos mais sofridos que se constrói uma Nação mais justa!

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, parabéns ao Paraná pelo grande governo que elegeu. Que não lhe falte força e apoio para fazer do Paraná, na verdade, o Estado que queremos no cenário da República Federativa do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana,

constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 04/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que institui o concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteio de números junto a Loteria Estadual e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO aprovada em 3.^a Discussão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário, e queria aproveitar para pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer que registre o voto contrário ou quer verificação de votação?

O SR. PEDRO TONELLI - As duas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então primeiro vamos proceder a verificação de votação para depois registrar...

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O Senhor 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada trinta e um Senhores Deputados.

Em votação o Projeto de Lei n. 04/87. Em Votação. APROVADO.

Registra-se o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. RAFAEL GRECA- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Responderam a chamada quantos Senhores Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Trinta e um Senhores Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA - Agora, aqui, no Plenário? Muito bem.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para registrar, Senhor Presidente, o voto deste Deputado, contrariamente ao Projeto de Lei anterior, tendo em vista versar sobre o assunto que deveria merecer maior atenção e uma ampla discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO -(Pela Ordem)- Senhor Presidente.

No mesmo sentido também, o voto contrário deste Parlamentar ao primeiro Projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Solicito que Vossa Excelência faça consignar na Ata o voto contrário deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 49/87, VETO PARCIAL ao Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental 37/87, dispondo que no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis ns. 7.257, de 30.11.79 e 7812, de 29.12.83. Com PARECER DA C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Ofício n. DTL/35/87

Curitiba, 04 de maio de 1987. Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 18/87, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.^o, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 40/87, por julgar a parte vetada inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos, ficam, no período compreendido entre 01 de maio de 1987 e 31 de dezembro de 1988, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30 de novembro de 1979 e 7812, de 29 de dezembro de 1983.

O veto parcial aposto incidiu sobre as disposições do art. 2.º que, por serem originárias de Emenda dessa Augusta Casa de Leis, conflitam com os mandamentos contidos no art. 25, § 2.º, letra a, da Constituição Estadual, os quais vedam a apresentação de emendas nos Projetos de Lei oriundos da competência exclusiva do Governador. É necessário e oportuno ressaltar que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem n. 37/87, de 15 de abril de 1987, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 25, § 1.º, letra a, da Constituição Estadual e que, por isso, não poderia sofrer a supracitada emenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N. 049/87

PARECER:

A proposição em tela traz um veto parcial aposto ao Projeto de Lei n. 40/87, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado através do Ofício DTL/35/87, de 04 de maio de 1987, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembleia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e, dos termos da justificativa, depreende-se que o veto incidiu sobre dispositivos devidamente fundamentados na detalhada exposição de motivos constantes do referido ofício.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei n. 49/87.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Também peço voto Contrário ao Projeto de Lei, anteriormente votado, sob o n. 04/87.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o veto.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra para discutir, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa aprecia, em Discussão Única, o veto aposto pelo Governador Álvaro Dias, às disposições que visam complementar o Projeto de Lei n. 40/87, tratando-se da cobrança de taxas para a obtenção da Carteira de Identidade.

O Projeto é dos mais meritórios, sem dúvida alguma, já que irá proporcionar condições a cerca de um milhão de pessoas, de se identificarem sem pagamento da taxa de segurança, dentro de um período previamente fixado, que vai até o dia 31 de dezembro de 1988.

Solicitaria, Senhor Presidente, que chegasse até às minhas mãos, esse Projeto, para que possa manuseá-lo, inclusive.

Quando da discussão do Projeto por esta Casa, exatamente por entendermos o alto alcance social da matéria que, como já dizia no seu parecer na Comissão de Segurança, o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, "cumpre destacar que a concessão de tal benefício vem de encontro de um dos problemas de grande importância social, pois é imprescindível facilitar o acesso de pessoas carentes, aos documentos básicos da cidadania. Deve-se considerar ainda que a existência de indivíduos carentes e opulentos na sociedade, é um fato".

As relações do Governo com estes pode verter via solidariedade, hostilidade ou força, que a força seja dirigida aos opulentos e os atos solidários aos carentes para reequilibrar os desníveis e que os atos solidários propiciem o encontro entre os opulentos e os mais necessitados, oportunizando facilidade de acesso às chances que a vida social possa oferecer, a todos os homens. O momento exige a concepção e o exercício do Poder como função social para o bem-estar coletivo".

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este parecer do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti traduz, evidentemente, a realidade em relação ao que realmente acontece nesta medida tomada pelo Governador. Além disso, opinando pela Comissão de Finanças, aproveitamos a oportunidade para expor nosso ponto de vista e tentamos aperfeiçoar o Projeto, com a apresentação de uma Emenda Aditiva. E dizíamos, então:

"É de fundamental importância a Mensagem que o Governador Álvaro Dias encaminha a esta Casa, visando facilitar ao cidadão carente, em especial, a obtenção da sua

cidadania, ou seja a Carteira de Identidade".

Há muitos anos, antes mesmo de enveredarmos para o lado político, já cobrávamos esta posição dos governos passados. Lembro-me até que, lá pelos idos de 1978 ou 1979 um Parlamentar paranaense levantava esse problema a nível federal. Era ele o hoje Presidente desta Casa, o Deputado Antônio Annibelli, que dava entrada a um Projeto visando exatamente solucionar esse mesmo problema. Nós no entanto, no contacto diário com a população mais carente, sentimos as dificuldades, que tem o povo carente para obtenção de seus documentos, principalmente, aqueles que são vítimas de ladrões. Estes, além de terem os seus poucos recursos roubados, ainda têm, na hora de formular uma queixa, numa delegacia, que pagar uma determinada taxa, que é recolhida para o FUNRESPOL. Em outras palavras, além de ter pouco, o carente ainda é roubado e tem que pagar para se queixar na polícia.

Então, este era o Parecer que eu exarava pela Comissão de Finanças, visando eliminar essa taxa, quando apresentamos uma Emenda, que diga-se, foi muito bem acolhida pela Casa e, por todos os Senhores Parlamentares, que entenderam a importância da mesma. A importância social desta Emenda, que se somaria ao Projeto e à Mensagem encaminhada por Sua Excelência, o Governador, foi aprovada por unanimidade. E passou então, a integrar ao Projeto, já que esta Casa entendeu ser esta Emenda legal; entendeu que não feria dispositivo constitucional, porque se assim fosse, não teria sido aprovada, tenho certeza disso.

Pois bem, o dispositivo originário de nossa Emenda foi vetado, pelo Senhor Governador, e hoje esta Casa aprecia o veto. Alega Sua Excelência, o Senhor Governador que vetou parcialmente o Projeto de Lei n. 40/87, por julgar a parte vetada, inconstitucional, em razão de motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os atos que documentam a identidade civil das pessoas com mais de dezessete anos, ficam no período compreendido entre 1.º de maio de 1987 a 31 de dezembro de 1988, isentos da Taxa de Segurança, de que tratam as Leis n. 7.257, de 30 de novembro de 1979 e n. 7812, de 29 de dezembro de 1983.

Diz o artigo 25, da Constituição Estadual: "A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais Estaduais, nos casos previstos nesta Constituição".

No § 2.º, diz: "Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, nos Projetos oriundos da competência exclusiva do Governador".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Emenda por nós apresentada a este Projeto, pretendia tão somente abolir a cobrança em delegacias, da taxa de certidão negativa, quando, do furto de documentos. Não pretendia aumentar despesa alguma; ainda mais que a taxa paga pelo fornecimento de certidão negativa, quando do furto de documentos, é discutível e altamente injusta.

Vejam os Senhores Deputados, o que diz o eminente constitucionalista, Eli Lopes Meirelles, com relação às taxas: "O conceito atual de taxa nos é dado pela própria Constituição da República, que confere às entidades estaduais, ao município, inclusive, competência para instituir taxas, arrecadadas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Não coincide inteiramente com a noção doutrinária clássica de taxa, porque inclui também como fato gerador dessa espécie de tributo o exercício do poder de polícia. Com efeito, no seu conceito tradicional, a taxa seria somente o tributo cobrado de contribuintes que estivessem em relação de causa e efeito com o respectivo fato gerador, isto é, das pessoas que se utilizassem ou se beneficiassem, efetiva ou potencialmente do serviço ou da atividade estatal que o tributo se destinasse a remunerar.

Em outras palavras: taxa é a contraprestação de serviço público ou de benefício feito, posto à disposição ou custeado pelo Estado em favor de quem paga ou por este provocado.

Em face dessa clássica conceituação doutrinária, o Poder Público não deveria impor taxas pelo exercício do seu poder de polícia. Vejam bem, Senhores Parlamentares, o eminente Constitucionalista Eli Lopes Meirelles, diz e afirma aqui, em face dessa clássica conceituação doutrinária, que o Poder Público não deveria impor taxas pelo exercício do seu poder de polícia, porque este, já o dissemos, é a faculdade de que dispõe a administração para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade.

Assim o exercício do poder de polícia, ou melhor, o policiamento administrativo, é serviço genérico e como tal deveria ser custeado pelos impostos, como vimos precedentemente, não nos parecendo de boa técnica que enseje a imposição de taxa.

Então Senhores Parlamentares, não fomos nós que dissemos que este serviço prestado pela polícia não deveria ser cobrado através de uma taxa, que deveria ser custeado pelos impostos, porque não

passa de um simples serviço administrativo. Quem diz é um dos grandes entendidos na matéria e no Direito, o Professor Eli Lopes Meirelles. Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, alegou que a nossa Emenda feriu princípios constitucionais, mas demonstramos que não concordamos com Sua Excelência, porque é discutível que se trate de matéria de ordem financeira e mesmo que assim fosse, esta Casa está repleta de exemplos de leis que interferem diretamente em matéria da competência exclusiva do Executivo.

Hoje mesmo, agora, esta Casa apreciou o projeto que cria mais uma loteria no Estado do Paraná, mas com o meu e outros votos contrários ao projeto de lei de iniciativa do Deputado Artagão Mattos Leão, que institui o concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números junto à Loteria Estadual.

Não vamos entrar no mérito da proposição do Deputado Artagão Mattos Leão, porque faremos através de um voto em separado na discussão de amanhã.

Mas, Srs. Deputados, o projeto recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e vejam que ela afirma no seu parecer que o Projeto visa aumentar a arrecadação estadual; logo, é matéria financeira e, por conseguinte, da competência exclusiva do Governador a sua iniciativa. Não poderia partir a iniciativa de um Deputado, de um Parlamentar, pois trata de matéria financeira e, conseqüentemente, vai gerar arrecadação, e somente ao Executivo caberia a iniciativa de tal Lei. No entanto, esta Casa, num flagrante desrespeito, aprova este Projeto.

O art. 25, § 2.º alínea "a" e também no art. 47 explicam exatamente o que estamos dizendo. Agora, pergunto: será que o Projeto de Sua Excelência o Deputado Artagão Mattos Leão do PMDB vai ser vetado pelo Governador? Ou será que a minha emenda, porque é de um Parlamentar de Oposição, teria que ser vetada por Sua Excelência? Será que não posso ferir a constitucionalidade e o outro pode?

Então, é essa a indagação que fazemos. Ou será que também o Governador do Estado como aqui dentro desta Casa, usa de dois pesos e duas medidas, uma para os Deputados da Situação e outra para os Deputados de partidos de Oposição?

No final do Governo passado, esta Casa aprovou um Projeto, ou melhor, aprovou a emenda que criou nada mais nada menos do que 1.300 cargos dentro da Polícia Civil para beneficiar os agentes de polícia, não que eles não merecessem, absolutamente, porque eu até como homem de imprensa dei todo o apoio à classe policial neste sentido. Mas, uma Emenda criou os cargos e não foi vetada. Recentemente, tivemos o

triste e lamentável episódio da discussão da reforma administrativa nesta Casa. Foi aí que o rolo compressor do PMDB tomou conta da situação, e também as emendas com fundo de inconstitucionalidade foram aprovadas. E pergunto: ocorreram os vetos? Não. Por que então vetaram uma proposição reconhecida pela própria Casa quando todos os Senhores Parlamentares aprovaram a Emenda, que era iniciativa de um Deputado da Oposição, mas que foi transformada como uma Emenda de toda a Casa? Por que vetaram esta Emenda que atinge exatamente o lado social daquele que foi roubado e que precisa tirar uma segunda via do documento e tem que pagar, além de ter roubado, além de ter dor de cabeça com a polícia, enfrentar fila na delegacia de polícia, e as vezes, até um mau atendimento dentro de uma delegacia?

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O veto aposto ao dispositivo de nossa iniciativa, mas que não é nosso, já disse e repito porque, desde que aprovado, passou a ser de toda esta Casa, veio mais uma vez mostrar toda a fragilidade e o esvaziamento do Poder Legislativo. Na realidade, o Poder Legislativo não tem condições e nem direito de interferir em matéria alguma que tenha importância para a coletividade. Este dispositivo ora vetado viria beneficiar milhares e milhares de pessoas porque, como todos sabem, a violência a cada dia que passa aumenta, e o povo cada vez sofre mais nas mãos dos marginais, tendo problemas com a própria segurança, e tendo que enfrentar dificuldades nas delegacias para tentar recuperar o que lhe foi roubado - o que é muito difícil - e às vezes para tentar obter uma certidão negativa, ou uma segunda via de documentos.

Pedimos aos Senhores Deputados antes de encerrarmos esta discussão, que analisem as razões do veto e lembrem que não foi uma Emenda do Deputado Algaci Túlio, mas que foi uma emenda de toda esta Casa, em vista do seu alto alcance social. O veto não é contra este Deputado. O veto é contra a decisão da Casa. Espero a compreensão de todos os Parlamentares para que façamos justiça a este povo sofrido, humilhado, sacrificado que está com seus dias cada vez mais pesados, mais terríveis, com a insegurança campeando em todos os cantos. Tenham piedade desta gente! Por que, afinal de contas houve este veto, se já demonstrei aqui que esta taxa cobrada não é uma taxa que está dentro do orçamento do estado, e sim se trata de uma cobrança que não poderia ser exigida, conforme já ficou demonstrado pelo parecer do eminente constitucionalista Eli Lopes Meirelles?

Por isto, peço a compreensão dos Senhores Deputados para que entendam o alto alcance social desta Emenda, juntada a um

Projeto, e enviada à esta Casa por Sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Trata-se de uma emenda de extraordinário alcance social, possibilitando à classe pobre, à classe menos favorecida, condições de tirar seus documentos, para que possam exercer plenamente sua cidadania. E neste sentido que os conclamo para que votemos contrariamente ao veto de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em discussão o veto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Apenas para esclarecer ao Deputado Algaçi Túlio, que alega que não há aumento de despesa com a sua Emenda. O artigo 25, § 2.º, letra "a" da Constituição, nos diz claramente que a inconstitucionalidade ocorre quando aumenta a despesa e diminui a receita.

Porém, este encaminhamento não é para esta finalidade. Apenas para justificar a posição da Bancada do PMDB. O Deputado Algaçi Túlio, autor da Emenda, conhece os diálogos que tivemos quando da votação da Emenda e sabe que a Bancada do PMDB votaria de forma contrária à emenda na época. No entanto, aprovamos a emenda para que a assessoria jurídica do Governo a pudesse apreciar melhor. Portanto, não há incoerência da bancada do PMDB na manutenção do veto, até porque o Projeto de Lei do Governo fala dos atos relativos à cédula de identidade, e não da primeira via da carteira de identidade, diz os atos relativos à cédula de identidade. O Governo, numa regulamentação da lei poderá perfeitamente, se assim o entender, atender àquilo que o Deputado quer com sua emenda.

Por isto, a posição da Bancada do PMDB é pela manutenção do veto proposto pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua a discussão. Encerrada a discussão, em votação o Projeto. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem). Solicito verificação de quorum.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata o pedido do Líder Caíto Quintana e fará a chamada nominal.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Nelson Vasconcellos) (procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Trinta e um Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.
Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação. (Tímpanos).

Solicito aos Senhores Deputados que tomem os seus assentos para verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Essa Mesa irá fazer a verificação de votação.

Nove Senhores Deputados aprovam o Projeto.

Os Senhores Deputados que rejeitam o Projeto queiram levantar-se.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Queria saber de Vossa Excelência, o que estamos votando porque ao que me consta este projeto já foi aprovado em sessão anterior, e não o veto que nós estamos votando, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Mas é o veto, no que determina a Constituição.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Mas Vossa Excelência está colocando em votação o Projeto e o Projeto já foi devidamente aprovado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - (Lê artigo 28, § 3.º da Constituição). É o que a Mesa está procedendo. Os Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam o projeto, vinte rejeitam. Está REJEITADO O PROJETO E MANTIDO O VETO, por conseguinte.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 287/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/86, de autoria do Deputado Anibal

Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 050/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO PARANÁ - SEIC", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 27/87 (Mensagem n. 09/87 ex-Proposição n. 19/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os municípios de Itaúna do Sul, Ibiporã, Morretes, Inácio Martins, Campo Largo e Rio Azul, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 28/87 (Mensagem n. 22/87 - ex-Proposição n. 32/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, com as datas e objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 29/87 (Mensagem n. 41/87 - ex-Proposição n. 48/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios e Termo Aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com objetivos, datas e Municípios que especifica.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 018/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 25/87), visando substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. à EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Há sobre o mesmo, Mensagem do Senhor Governador, da qual solicito ao Senhor 1. Secretário, faça a leitura.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Nelson Vasconcellos) (Lê a Mensagem solicitada).

"Curitiba, 09 de junho de 1987.

Senhor Presidente.

Em atendimento à Mensagem n. 25/87 de 13 de março de 1987 que corrige valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8434 de 24 de dezembro de 1986, para cargos integrantes da Carreira de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, venho à presença de Vossa Excelência a fim de que o Projeto de Lei n. 18/87 oriundo da referida Mensagem, seja acrescido de dispositivo nos termos do Substitutivo Geral datado de 21 de abril de 1987, da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

A proposta de atendimento ora formulada, que atende reivindicações dos Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça do Estado, encontra motivação na própria Justificativa do Substitutivo Geral da CCJ, considerada substancialmente viável, conforme estudos realizados pelos setores competentes deste Poder Executivo. A escolha da via de atendimento à Proposição de minha livre iniciativa tem, tão somente, a finalidade de aproveitar a substância da manifestação da CCJ da Assembléia Legislativa, evitando-se o vício de inconstitucionalidade que, fatalmente decorreria da norma do Artigo 25 Parágrafo 1.^o Letra B da Constituição Estadual, e ao mesmo tempo buscando-se maior celeridade na concepção do objetivo almejado, sem necessidade de novo processo legislativo.

Certo de que a Proposição receberá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Álvaro Dias
Governador do Estado"

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em discussão o Projeto e as Emendas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, para discutir, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Projeto em discussão, de iniciativa do Executivo quando ainda Governador o Senhor João Elísio Ferraz de Campos, visa substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 6.434 de dezembro de 1986 para os cargos integrantes da Carreira de Procurador da Procuradoria Geral do Estado.

As Comissões competentes exararam pareceres favoráveis, e nem poderia ser diferente, porque se visa com esse Projeto corrigir uma injustiça com os Procuradores do Estado, que embora exercendo atividades semelhantes aos Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça, tinham valores diferentes para os vencimentos.

O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça esclarece bem a situação da matéria, dizendo:

"Notamos, porém, que existe similitude entre exercício das funções de Procurador do Estado e de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado. Entendemos que, pelo princípio constitucional de isonomia deve haver paridade de vencimentos entre ambas carreiras. Como a correção dos vencimentos da Carreira de Procurador está sendo procedida a partir de 1.º de janeiro do corrente ano a fim de que lhe seja atribuído o percentual de 36% concedido aos demais funcionários do Estado, sobre o qual já inclui novo reajuste de 20% em razão do Decreto Estadual n.º 156 de 23 de março de 1987. A partir de 1.º de março do corrente ano a equiparação está sendo procedida com vigência desta última data, daí a aparente discrepância dos valores fixados nas tabelas inseridas na Emenda Substitutiva Geral, do anexo".

Vejam bem, Senhores Deputados. Nós, evidentemente, antes de colocarmos nossa posição diante de certos fatos que acontecem nesta Casa, unilateralmente queremos deixar registrado que somos favoráveis à Aprovação do Presente Projeto de Lei. Não há dúvida alguma quanto à justiça do ato do Executivo, na substituição dos valores de vencimentos dos Procuradores do Estado, como também entendemos perfeitamente, a necessidade de correção dos valores de vencimento dos assessores jurídicos do Tribunal de Justiça. Quanto a isto, quanto ao mérito da proposição, que não pairam dúvidas quanto ao nosso apoio. Vamos votar favoravelmente ao Projeto. Todavia, é dever deste Deputado, aliás, como é dever de todos aqueles que têm compromisso com o povo, que foram eleitos por força do voto popular, livre e independente, é dever de todos nós analisarmos devidamente os processos que tramitam nesta Casa. Analisar quanto à sua legalidade, e quanto à sua constitucionalidade.

Veja bem, Senhores Deputados, o que diz o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no seu tópico 2.º: "Desde que não há qualquer óbice de ordem legal, constitucional, que possa impedir a tramitação do Projeto de Lei opinamos pela sua aprovação, na forma de Emenda Substitutiva Geral, em anexo".

A iniciativa da presente matéria tem amparo no Artigo 47, da Constituição do

Estado. O que diz a Constituição do Estado no seu artigo 47? "Compete privativamente ao governador iniciar o processo legislativo das Leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da polícia militar "É o que diz a Constituição do Estado, no seu Artigo 47.

Vejam bem, que a própria Comissão de Constituição e Justiça, reconhece que se trata de matéria da competência privativa do Governador. É matéria financeira. Vejam o que diz o parecer da Comissão de Finanças também com relação a este Projeto: "O presente Projeto oriundo de Mensagem Governamental (cita aqui a medida proposta), recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, esta Comissão de Finanças manifesta-se favoravelmente ao Projeto, já que o mesmo quis atender ao princípio incondicional, isonomia", e tal e tal.

Vejam bem, a Comissão de Finanças esqueceu o artigo 47, possivelmente porque sequer mencionou que um Substitutivo Geral, era apresentado pela Comissão e Constituição e Justiça, ferindo flagrantemente a Constituição da República, e a do Estado, por via de procedência, é claro. A mesma Comissão que reconheceu que o Projeto é da competência privativa do Executivo, apresentou uma Emenda substitutiva ao Projeto, uma emenda que vai acarretar despesas. Não entramos aqui no mérito, repetimos; não que isto não seja justo, pois é mas esta Casa tem a obrigação de saber que não seria este o caminho certo para corrigir a situação, porque apresentando uma emenda numa matéria de ordem financeira, acarretando o aumento de despesas, jamais poderia se pronunciar como se pronunciou neste parecer.

E vejam que o parecer conclui dizendo que não havia qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que pudesse impedir a tramitação do Projeto de Lei. E como é que não há? Como não há Senhores Deputados, se o óbice foi criado pela própria Comissão de Constituição e Justiça?

Senhores Deputados, nós Parlamentares não temos que ser polivalentes, não temos que saber tudo. Cada um deve ser bom dentro de sua área de atuação, mas para que possamos jogar em todas as posições - e o mandato que recebemos o impõe - para isto contamos com as condições que o Legislativo nos oferece. Temos seis cargos dentro de cada gabinete, cargos esses que devem ser ocupados por pessoas capazes de bem nos assessorar, que possam nos assessorar para a plena compreensão do alcance da ma-

téria. E mais, nesta Casa, pelo que sabemos há algumas dezenas de advogados, há muitos bons advogados nesta Casa, porque que é que estes advogados não instruem os processos antes que esses processos cheguem às Comissões?

Su cito um exemplo aqui. Na Câmara de Vereadores de Curitiba, toda mensagem, todo projeto de lei que chega, é encaminhado aos advogados da Casa, para que eles ofereçam aos Vereadores elementos, um parecer técnico da matéria porque nem todos nós temos a obrigação de conhecer as questões juridicamente. Então é preciso que venha esse parecer técnico dentro do projeto senão acontecem essas barbaridades.

Aliás, esta até será uma sugestão e um pedido nosso a Presidência, que faremos formalmente, pedindo que os advogados instruem os processos antes deles seguirem para as Comissões. E não é só da Câmara de Vereadores de Curitiba o exemplo. No Congresso Nacional, nas Comissões do Congresso, todos os processos passam pelas mãos dos advogados, para que tecnicamente eles passem a instruir a matéria, para que os Deputados saibam se ela é legal ou não é legal, se ela abrange problema financeiro ou não. Para isso, Senhores Deputados, é preciso fazer valer o corpo de funcionários que esta Casa tem. Se nós temos um grande número de advogados e bons advogados, porque esses advogados não dão atendimento, não prestam um serviço as Comissões para auxiliar os Deputados na elaboração de Projetos e de pareceres? Digo isso porque duas Comissões erraram nos seus pareceres.

Acreditamos que providências devam ser tomadas, porque, vejam bem, dizíamos que lamentavelmente a Comissão de Constituição e Justiça, inadvertidamente, colocou óbice ao Projeto do Executivo, quando o que tinha que fazer era solicitar ao Governador formalmente uma mensagem corrigindo a primeira, por saber que o que tinha feito, ou por entender que a emenda incorria em vício de inconstitucionalidade, queremos crer que de forma verbal, porque do processo nada consta, não tem nada no processo indicando que tenha sido feito alguma coisa por escrito ao Governador buscando corrigir este erro.

Temos a Mensagem n. 53/87, mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador, que foi lida agora em Plenário, e por isso creio não ter a necessidade de ler essa mensagem. No entanto, quero apenas tocar num ponto aqui, no final da Mensagem. Vejam bem o que diz o final da mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador:

"Evitando-se o vício da inconstitucionalidade que fatalmente decorreria da norma do artigo 25 parágrafo I letra "b" da Constituição Estadual e ao mesmo tempo

buscando-se maior celeridade na consecução do objetivo almejado, sem necessidade de novo processo legislativo".

O que é que isto significa Senhores Deputados? O que é que isso mostra? O que podemos deprender disso tudo, Senhores Deputados? Somos obrigados a admitir que o preceito constitucional da independência de poderes simplesmente não existe aqui no Estado do Paraná. Vejam a forma como se age quando se quer aprovar uma emenda. Usa-se a comunicação oral; devem ter feito uma comunicação ao pé do ouvido ao Governador, quebrando todo e qualquer preceito constitucional. Age-se até no arrepio da lei. Mas não podemos admitir que esta Casa, que os Senhores membros da Mesa não saibam que o Senhor Governador pode encaminhar a qualquer momento, aliás como aconteceu com o processo da Reforma Administrativa, pode encaminhar a qualquer momento emenda, adendo, modificar projeto, se que para isto seja necessário um novo processo legislativo. Se isto tivesse sido feito, o trabalho seria o mesmo e esta não passaria pelo vexame de ter que admitir que está legislando ilegalmente, ou inconstitucionalmente, pois está escrito aqui nos dois pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

O Projeto é justo, e não questiono quanto o mérito. Nos manifestamos favoravelmente a sua aprovação, mas não podemos aceitar que um Projeto envolvendo a Justiça e que diz respeito àqueles que são os responsáveis pelo Direito dentro do Estado, seja feito de forma errada, e que se usem dois pesos e duas medidas. Vejam o que aconteceu com a nossa Emenda ao Projeto de isenção de taxas de carteiras de identidade. Sendo vetado, alegando-se inconstitucionalidade, depois de discutir e votar essa Emenda. Também esta Emenda fere o art. 25, aliás como o próprio Governador reconhece, e tanto reconhece que, embora de forma incorreta, dentro dos preceitos legais e legislativos, com esta Mensagem n. 53, procura dar-lhe o embasamento legal e constitucional.

Mas, perguntamos então à Douta Mesa e aos nobres Senhores Deputados, por que não levar ao Governador a nossa Emenda dizendo ser uma Emenda social, se fere a Constituição como a tantas outras ferem? Por que não levaram também a nossa Emenda ao pé do ouvido do Governador para informá-lo que esta é uma situação que precisava também ser sanada? Porque não levaram ao conhecimento do Governador que a valorosa classe dos detetives de polícia merecia ter aprovado o dispositivo que foi vetado aqui nesta Casa, e para tanto o vício de inconstitucionalidade ter que ser também sanado.

Mais uma vez devemos dizê-lo e deixar bem claro que o Governador é o Governador do Estado do Paraná, não é o Governador do PMDB. Por isso, e para isso ele foi eleito. E não é o Governador do PMDB apenas, mas é o Governador do Paraná, como também nós, os quinze Deputados da Oposição, sentados aqui deste lado, não somos Deputados deste ou daquele Partido, quando legislamos, pois não temos a cor partidária quando fazemos Projetos ou votamos Emendas ou fazemos leis nesta Casa; somos Deputados deste Paraná e estamos aqui representando o povo paranaense.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha vinda a esta tribuna foi mais uma vez para mostrar que nem tudo nesta Casa o que se vota é legal e em cima do legal: votam-se matérias ilegais ou inconstitucionais. Se vetam uma Emenda social que favoreceria os pobres, oprimidos, sofridos, roubados, esbulhados pelos ladrões. Não se aprova uma Emenda para não pagar uma taxa de segunda via, de uma certidão negativa para retirar os seus documentos, porém votam-se Emendas que ferem flagrantemente o Regimento desta Casa.

Quero deixar bem claro que voto favoravelmente ao Projeto de Lei pelo seu mérito mas deixo aqui registrado o meu repúdio pela forma como esta Casa tem votado as leis constantemente, sem um melhor aprofundamento. Repito e faço mais uma vez aqui este pedido à Mesa Executiva desta Casa: temos aqui mil e tantos funcionários, muitos dos quais não conhecemos, e nem eles a nós porque só vem a esta Casa em dia de receber o pagamento. Temos bons advogados que precisam ser aproveitados para um assessoramento a todos nós Parlamentares, e em especial às Comissões desta Casa, que precisa de um apoio para que possam funcionar e para que erros desta natureza não se repitam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Manifesto-me apenas para defender os membros da Comissão de Constituição e Justiça desta verdadeira aula de Direito Constitucional do Deputado Algaci Túlio. Pelo que me parece no Projeto consta que a Emenda Substitutiva Geral da CCJ foi aprovada por unanimidade com a presença, portanto, dos demais Parlamentares do PDT que compõem a referida Comissão, porque a CCJ e ao Parlamentar nesta Casa, pelo princípio democrático do parecer de cada um, é dado o direito de relatar e de votar de acordo com a consciência.

Quero também dizer que a Assembléia Legislativa possui um Departamento Legis-

lativo e um Departamento Jurídico, à disposição de qualquer Parlamentar que queira consultá-los no momento de dar parecer em qualquer comissão. Aí decorre do zelo do Parlamentar se ele faz uso ou não destes Departamentos.

E para ressaltar, Senhor Presidente foi em vista de tantas vezes cobrado respeito do Executivo para com o Legislativo que o Governador Álvaro Dias fez uso de veto parcial, para sanar exatamente um vício constitucional, para que a Emenda Substitutiva da CCJ, desta Casa não pecasse pelo vício da inconstitucionalidade. O Senhor Governador, entendendo a necessidade de ser mais abrangente quanto à sua medida e em respeito a este Poder, algo tantas vezes cobrado, adotou o relatório da CCJ e desta Casa como uma Emenda do Executivo, para atender a vontade deste Poder, pelo parecer ter sido exatamente de acordo com aquilo que o Governo pensa ao fazer justiça. A diferença que existe é que neste Parecer o Governo, vendo a amplitude da Emenda da CCJ e a correção de distorções, aceitou este parecer e a enviou como complemento à sua mensagem para cumprir o preceito constitucional, e aprimorá-la. Propósito que não ocorre no Projeto anterior que votamos, no veto que sustentamos aqui, porque naquele a Emenda não passava de uma Emenda demagógica, pegando carona num Projeto do Executivo que visa dar mais de um milhão de carteiras de identidade de graça para a população do Paraná.

Por isto, Senhor Presidente, em respeito aos Parlamentares desta Casa que trabalham em todas as Comissões, é que faço este encaminhamento e ressaltando o Executivo compreendendo a necessidade de ampliação de seu projeto, veio a endossar a Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, em...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar?

O SR. ALGACI TÚLIO - Exato. Em momento algum este Parlamentar tentou, na sua exposição, dar uma aula de Direito, porque direito tenho eu, como Parlamentar, de ter uma boa assessoria porque conheço também muito pouco deste assunto, mas procuro me esmerar, e aprender, achando que isto não é demérito para ninguém. Quero dizer ao

Deputado Caíto Quintana que momento algum tentou este Parlamentar ofender os Senhores Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça e muito menos os da Comissão de Finanças. Procurei apenas alertar quanto aos erros que foram cometidos dentro deste projeto. E além do mais, com relação à minha Emenda, se foi de carona ou não, não quer dizer que era demagógica.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - No encaminhamento de votação só é concedida uma vez a palavra e o Deputado não está cumprindo o que o Regimento pede em questão de ordem. Está fazendo discurso paralelo dando uma resposta àquilo que falei. Espero que a Mesa cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa esclarece que o Deputado discutiu anteriormente o Projeto, e agora está encaminhando a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Apenas para completar, Senhor Presidente. Respeitando a posição do nobre Líder Caíto Quintana, por quem temos uma grande admiração pela sua conduta nesta Casa; quero dizer que a minha Emenda, se foi de carona ou não, era um trabalho que deixei constatado até no meu parecer, na Comissão de Finanças. E Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, solicitou-me para que eu fizesse aquele parecer. Vossa Excelência, ao ler o parecer, verificará que nele consta que muito antes de ser político, eu já defendia esta posição de que não se cobrasse mais taxas em Delegacia.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Queríamos apenas que ficasse registrado nos trabalhos de hoje que, como membro da CCJ, não votamos por votar, como quer dizer o nobre Líder do PMDB, mas cumprimos a nossa obrigação como integrante daquela Comissão. Na oportunidade sabíamos que o Projeto tinha a sua irregularidade. Agora para nós, para o representante do PDT junto à CCJ, a justificativa, na comunicação que o Governador enviou àquela Comissão, foi sanada, de alguma forma o vício de origem. Assim, nós votamos favorável e acompanhamos o nobre Relator, Deputado Hermas Brandão. Agora, sabemos que na sua origem era um processo inconstitucional, por isso, nobre Deputado, pelo mérito da questão, para sanar uma irregularidade cometida já no passado contra uma classe que foi prejudicada, é que votamos a favor.

Entretanto, sabíamos também que o Projeto nasceu de forma errada, por isso queríamos registrar, nobre Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, que não ficamos

omissos ao problema de ordem legal, porque seria uma incoerência na nossa profissão, como advogado, não saber nem o que é constitucional e inconstitucional.

Era isso que queria deixar registrado, em nome da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Emenda Substitutiva Geral Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADA.

Sobre o mesmo Projeto, uma Emenda do Deputado David Cheriegate devidamente apoiada. Em votação a Emenda. REJEITADA.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal. Solicita ao Senhor 1.º Secretário a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o meu pedido de verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Retiro o de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está rejeitada a Emenda.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 64/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar o Educandário São José das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade e da C.F., por maioria. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 64/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o Educandário São José, das taxas de água e de energia elétrica.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

O Educandário São José, sob a Direção das Irmãs Carmelitas Missionárias de Santa Tereza do Menino Jesus, devidamente regis-

trado no MEC sob n. 259.179/69; na Secretaria do Trabalho de Assistência Social, sob n. 321, de 30.05.66, e reconhecido de Utilidade Pública Municipal e Estadual.

Suas atividades são no atendimento da educação, saúde, recreação, segurança social e na formação moral, religiosa e social, com o devido respeito, amor e compreensão em relação aos menores carentes dos bairros.

Sua finalidade é portanto filantrópica, dando assistência educacional e social à criança, visando sua formação completa e integral, na comunidade, preparando-a para o dia-a-dia e para a vida.

Por estas razões, podem os Senhores Deputados ficarem tranqüilos quanto a necessidade das medidas propostas com o presente Plano de Lei, pois o imposto ou taxas arrecadados deverão voltar ao bem-estar da pessoa humana, e, neste caso o montante é tão insignificante que não afetará as finanças do Estado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 64/84

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pretende autorizar o Poder Executivo a isentar o Educandário São José, da Cidade de Paranavaí, das taxas de água e energia elétrica.

Junto ao Projeto encontram-se o Relatório Anual das Atividades do Educandário, bem como, a Ata e a alteração dos estatutos do mesmo, onde se constata que o Educandário não tem fins lucrativos e funciona como uma entidade filantrópica, dando assistência ao menor carente. O mesmo já fora reconhecido de Utilidade Pública no âmbito Municipal e Estadual.

Dado o caráter eminentemente social e filantrópico do Educandário, esta Comissão não poderia deixar de se manifestar favoravelmente ao Projeto, tendo em vista, que o mesmo é meramente autorizatório, podendo ser sanado o vício de origem.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.04.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NELSON BUFFARA

Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 64/84

P A R E C E R:

O Deputado Osvaldo Alencar Furtado pretende autorizar o Poder Executivo a isentar o Educandário São José da Cidade de Paranavaí, das taxas de água e energia

elétrica.

A Comissão de Constituição e Justiça, opinou favoravelmente à sua aprovação, tendo em vista ser o mesmo meramente autorizatório, para que o Poder Executivo isente o Educandário das taxas de água e energia elétrica.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a tramitação do referido projeto, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 68/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar a Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino) das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por maioria.

PROJETO DE LEI N. 68/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino) das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

A Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino), é uma entidade assistencial por excelência, tanto na área social e educativa, especialmente dando moradia gratuita à pessoas desamparadas e encaminhando-as ao trabalho adequado, quando estiverem aptas e válidas a desempenharem alguma função.

Nenhum dos membros da Diretoria percebe remuneração ou vantagens de qualquer natureza, pelo exercício do cargo ou atividade a favor da obra assistencial.

A Entidade se mantém graças a generosidade, em grande parte, do povo de Paranavaí, cujos benfeitores colaboram com os seus óbulos para a manutenção diária da instituição.

É por demais admirável o trabalho, a dedicação e sobretudo o amor no trabalho dessas irmãs, no dia-a-dia, transformando o ambiente interno da Casa para melhor, e com os velhinhos sorrindo de alegria pelo tratamento e bem-estar de que são alvos.

Por tudo isso, Senhores nobres Pares, os objetivos das medidas propostas no presente Plano de Lei, são mais que justos e merecedores do amparo do Poder Executivo.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 68/84

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pretende autorizar o Poder Executivo a isentar a Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino) das taxas de energia elétrica e água.

Junto ao Projeto encontra-se o Estatuto da entidade, onde se constata que a mesma não tem fins lucrativos e funciona como uma entidade filantrópica, dando assistência ao menor carente.

Visto, ao caráter eminentemente social e filantrópico da Associação, esta Comissão não poderia deixar de se manifestar favoravelmente ao Projeto, tendo em vista, que o mesmo é meramente autorizatório, podendo ser sanado o vício de origem.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator

Comissão de Finanças
PROJETO DE LEI N. 68/84

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, autoriza o Poder Executivo a isentar a Casa Antônio Frederico Ozanan (Lar Vicentino) das taxas de água e energia elétrica.

A matéria fere preceito constitucional por ser assunto cuja iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Como a medida proposta, embora seja de elevado mérito e alcance social, exige uma clara manifestação do Poder Executivo sobre a sua viabilidade financeira.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator

Comissão de Finanças
PROJETO DE LEI N. 68/84

P A R E C E R:

Voto em separado a propósito de parecer, adotado pelo Senhor Deputado Presidente desta Comissão de autoria do nobre Deputado Alexandre Ceranto.

O referido Projeto de Lei foi grafado e condenado como inconstitucional por ferir preceito da Constituição que dá exclusividade de geração de despesas ao Poder Executivo. Não vejo porque não possamos votar favoravelmente ao presente Projeto de Lei porque ele não determina ao Poder Executivo a isenção de taxas de água e luz do Lar Vicentino Frederico Ozanan de Paranavaí. O projeto apenas Autoriza o Poder Executivo a proceder a isenção. Uma vez autorizado o Governador, por seu entendimento pode optar pela isenção de justiça, ou manter as coisas como estão ... Isto é, não se obriga, nem se interfere nas atribuições constitucionais do Senhor Governador. Assim, nosso voto em separado, é contrário ao parecer. Reafirmamos a posição de defesa das casas de caridade e solidariedade contra a voracidade oficial e a crueldade das estruturas de poder, e ainda nossa idéia de que a Assembléia deve ser Casa de voto e não Casa de veto.

Respeitosamente, dado na sala de Comissões.

(a) RAFAEL GRECA

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A mesa irá colocar em votação de modo inverso. Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. REJEITADO:

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Presidente, gostaríamos de saber o que é que estamos votando. Não deu para entender, devido a rapidez com que Vossa Excelência colocou a matéria e inverteu a ordem. Só gostaria de esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência colocou o Projeto e foi bem claro, Projeto de Lei n. 68/84. Em virtude de ter parecer contrário da Comissão de Finanças, esta presidência colocou de forma inversa. Está rejeitado o projeto.

O VALDERI MENDES VILELA - Estou satisfeito com a informação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente,

O microfone estava desligado e gostaria que Vossa Excelência consignasse o meu voto favorável ao Projeto que votamos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Mesa defere e irá consignar em Ata.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 70/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz das taxas de energia elétrica e água, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por maioria.

PROJETO DE LEI N. 70/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo a isentar a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz, das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de proteção a Assistência Lar Espírita André Luiz, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, tem por finalidade zelar pela saúde, bem-estar e necessidades da criança, assim como distribuição de remédios, roupas, agasalhos, calçados e demais vestiários; inclusive alimentação, assistência médica e hospitalar, e bem assim à sua família.

Além disso, promove a proteção à criança abandonada sujeita à fome, ao vício, à contravenção, a perversão e ao crime por falta de amparo, bem como aos pais comprovadamente pobres, por meio de internamentos e ajudas à família.

Dedica também à recreação e divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, serviços sociais por meio de palestras, cursos, exposições e outros meios de conagração para as crianças.

Por estas razões, nobres Pares, acreditamos que as medidas propostas no presente Plano de Lei, merecem o amparo do elevado espírito cristão do mais alto mandatário deste Estado.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 70/84

P A R E C E R:

Pretende o nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado com tal Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a isentar das taxas de água e energia elétrica, a Asso-

ciação de Proteção e Assistência Lar Espírita André-Luiz, com sede na Cidade de Paranavaí.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre sua constitucionalidade, temos que, sendo a medida meramente autorizatória, nada há opor que o Projeto tenha a sua tramitação normal por esta Casa, já que a sua finalidade é das mais meritórias, conforme consta na justificativa apresentada pelo seu autor.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Comissão das Finanças

PROJETO DE LEI N. 70/84

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, autoriza o Poder Executivo a isentar a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André-Luiz das taxas de energia elétrica e água.

A matéria fere preceito constitucional pois altera a receita financeira do Estado, sendo, portanto, assunto cuja iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Não se deve desprezar, contudo, o elevado mérito e alcance social da medida. De igual forma, vale salientar que existem no Estado inúmeras outras entidades da mesma natureza e com o mesmo fim. Portanto, torna-se indispensável uma clara e expressa manifestação do Poder Executivo sobre o assunto.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em

1.^a Discussão o Projeto de Lei n. 70/84, com parecer contrário da Comissão de Finanças. Esta Presidência colocará em votação de forma inversa. Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Gostaria que constasse em Ata o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência anotará o seu voto favorável.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está
Vossa Excelência com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Gostaria que
consignasse em Ata o meu voto favorável
deste Parlamentar a este projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta
Presidência defere e fará consignar em
Ata.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente
(Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está
Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas anunciar
que apresentaremos um projeto para
isentar todas as entidades assistenciais,
clubes de serviço, enfim, entidades filan-
trópicas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta
Presidência espera o projeto de Vossa
Excelência.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
180/85, de autoria do deputado Ezequias
Losso, que dispõe sobre isenção do paga-
mento da taxa de segurança pública relati-
va a Cédula de Identidade à pessoa despro-
vida de recursos financeiros que necessi-
tar do referido documento para admissão em
emprego, conforme especifica. Com PARECER
CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e PARECER
FAVORÁVEL da C.F., na forma de EMENDA
SUBSTITUTIVA, por maioria. (Public. no DA
n. 86/85 de 03.09.85).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 180/85

P A R E C E R:

1. O nobre deputado Ezequias Losso,
através do presente Plano de Lei, pretende
isentar do pagamento da taxa de segurança
pública relativa à Cédula de Identidade,
aos requerentes desprovidos de recursos
financeiros que necessitam do referido do-
cumento para admissão em emprego.

2. - Para gozar tal benefício, o inte-
ressado deveria instruir seu requerimento
com declaração fornecida por quem se pro-
põe a formalizar o contrato de trabalho.

3. - Na sua justificativa, o ilustre
Parlamentar menciona as dificuldades que
têm as pessoas desempregadas para concre-
tização de seu almejado contrato de traba-
lho.

4. - Ressalta ainda que o custo de cé-
dula de identidade é um complicador a mais

para essas pessoas humildes e desprovidas
de recursos financeiros.

5. - Como se verifica, portanto, o
presente Plano de Lei dispõe sobre matéria
financeira, já que a pretendida isenção
iria implicar em redução da receita dos
cofres públicos estaduais.

6. - Daí porque é de se afirmar que
este Projeto contraria o disposto no inci-
so I do art. 47 da Constituição Estadual,
uma vez que tal dispositivo legal estabe-
lece que semelhante iniciativa é de compe-
tência exclusiva do Poder Executivo.

7. - Nestas condições, por entender
que o presente Projeto de Lei é inconsti-
tucional, opino pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 05.08.86.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

Comissão de Finanças
PROJETO DE LEI N. 180/85

P A R E C E R:

O nobre Deputado Ezequias Losso, atra-
vés do presente Projeto, pretende isentar
do pagamento da taxa de Segurança Pública
relativa à cédula de identidade, aos re-
querentes desprovidos de recursos.

A Comissão de Constituição e Justiça,
opinou contrariamente ao Projeto.

Porém no aspecto financeiro, a que é
chamada a opinar esta Comissão, temos que
a matéria visa beneficiar pessoas carentes
e que necessitam do referido documento.

Dado o caráter eminentemente social e
adaptando-se o Projeto nos moldes da Emen-
da Substitutiva que anexo apresentamos,
temos que é perfeitamente viável a propo-
sição em tela, já que dando-se o caráter
meramente autorizatório ao Executivo, pode
ser sanado o vício de origem, desaparecen-
do a inconstitucionalidade.

Nestas condições o nosso parecer é fa-
vorável, opinando pela sua aprovação na
forma da Emenda Substitutiva que apresen-
tamos.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

Comissão de Finanças
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 180/85

A redação do artigo 1.^o do projeto de
Lei n. 180/85, passa a ser a seguinte:

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo au-
torizado a isentar do pagamento da taxa de
segurança pública relativa a obtenção da
Cédula de Identidade a pessoa desprovida
de recursos financeiros e que necessite do

referido documento.

Sala das Comissões, em
(a) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
RAFAEL GRECA
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 180/85, tendo em vista a aprovação do anteprojeto de lei contido em Mensagem Governamental, no mesmo sentido, já transformado em lei. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 229/85, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que dispõe sobre alteração do sistema de pensões do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. Rejeitado. (Publ. no D.A. n. 97/85, de 24.09.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 229/85

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, tem por finalidade alterar o sistema de pensões do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado.

A Constituição Estadual no seu art. 25, § 1.^o, alínea "a", reputa ser de competência exclusiva do Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira.

Nestas condições, dada a inconstitucionalidade da matéria, nosso parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
TRAJANO BASTOS
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 229/85

PARECER:

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, tem por finalidade alterar o sistema de pensões do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE.

Por inconstitucional, a Comissão de Constituição e Justiça, opina contrariamente à sua aprovação.

Entretanto a matéria é de relevante alcance social, e vem corrigir uma distorção existente entre a remuneração do funcionário em vida e o que percebe a sua família após a sua morte.

No âmbito desta Comissão nada há que impeça a sua tramitação, pelo que opinamos favoravelmente ao Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
RAFAEL GRECA
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 165/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAQUIM TÁVORA - APAE, com sede e foro no Município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 75/86, de 04.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 165/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAQUIM TÁVORA - APAE, com sede e foro no Município de Joaquim Távora-Pr.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 188/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CIANORTE", com sede e foro do Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n.87/86 de 25.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei n. 188/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 188/86, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva a declaração de Utilidade Pública do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CIANORTE.

Analisado sob a égide da Lei n. 6994, de 10.01.1978, que regula, especificamen-

te, a matéria, o Projeto se apresenta em consonância com a referida legislação, satisfazendo plenamente seus requisitos, inexistindo por essa razão, óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer FAVORÁVEL a sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 247/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "JOSÉ CURY". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 116/86 de 15.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 247/86

PARECER:

O nobre Deputado Anibal Khury, em seu Projeto de Lei n. 247/86, visa conceder Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor JOSÉ CURY.

A Justificativa demonstra ser o homenagem digno do reconhecimento que faz a comunidade a qual ele tanto serviu, sendo que sua obra o torna ser grande merecedor da honraria que o Estado irá lhe prestar.

O "Curriculum Vitae", anexado ao Projeto de Lei em questão, comprova a Justiça que se fará a este renomado Cidadão Paranaense.

Assim sendo, somos de opinião FAVORÁVEL à APROVAÇÃO deste Projeto de Lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 262/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IBAITI, com sede no Município de Ibaiti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 122/86 de 28.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 262/86

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IBAITI, com sede no Município de Ibaiti.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria,

inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/87, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná Coronel da Polícia Militar DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n. 48, de 13.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei n. 067/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Raul Lopes, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel da Polícia Militar DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA.

Este plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para comunicar que esta Casa recebe, com muita satisfação, a presença da nobre Vereadora Rosa Maria Chiamulera, da Bancada do PDT na Câmara de Vereadores de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa faz o devido registro e agradece a presença da nobre Vereadora em nossa Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar, em nome da Bancada do PMDB, a satisfação pela presença da Vereadora Rosa Maria Chiamulera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência fará as anotações e mais uma vez agradece a presença da nobre Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Araújo, sogra do Senhor ex-Deputado Federal Ítalo Conti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Onésimo Ferraz, ocorrido no dia 13 de junho do corrente ano, no Município de Loanda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 77/87, dá nova redação ao Art. 3., da Lei n. 8434. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 91/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 50/87, que objetiva alterar os limites de créditos suplementares para a administração direta e indireta. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem). Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem n. 38/87, oriunda do Poder Executivo, por se tratar de matéria de interesse geral da população paranaense. **Em discussão. Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA- (Pela Ordem). Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio). Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 95/87, que dá nova redação ao Art. 3.º da Lei n. 7231. **Aprovado.** À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 65/87, cuja súmula "Denomina de Antônio Castro Lima, a Rodovia que liga Altônia a Iporã. **Em discussão. Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) -

Senhor Presidente, esse Projeto de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, em que ele pede a denominação de uma rodovia a um determinado cidadão, quero já de antemão alertar que, nesse processo não consta se esse cidadão é vivo, ou morto, nós não temos nenhuma comprovação, então seria bom que se providenciasse saber se o Senhor Antonio de Castro de Lima é vivo ou morto, para que amanhã ou depois...

Que venha a biografia desse cidadão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Eu creio que a própria Comissão deve ter feito essa pesquisa, e vai tomar as devidas providências.

O SR. RAFAEL GRECA - Nós gostaríamos de Requerer, Senhor Presidente que, no bojo do processo viesse a biografia da pessoa, para que se fizesse inclusive o devido registro histórico dos seus méritos, com relação ao Paraná e, por que se grafa o seu nome numa rodovia do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Apelo às Presidências das Comissões e aos Senhores Deputados que, quando forem confeccionar Projetos nesse sentido, façam as devidas anotações e, evidentemente, com as biografias.

É um apelo que esta Presidência faz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei ns. 285/86, 076/87 e 102/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 240/86, criando o Distrito Administrativo de Praia de Leste. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem). Senhor Presidente, este Deputado gostaria de saber o teor desse Projeto que está sendo arquivado, eis que não posso votar pelo arquivamento do projeto, sem saber qual o seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Projeto é de autoria do próprio Deputado

Anibal Khury, que Requer o Arquivamento do Projeto de Lei n. 240/86, de sua autoria, criando o Distrito Administrativo de Praia de Leste.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a suspensão e arquivamento do Projeto de Lei n. 52/87. Em discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem).

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Gostaria de saber que Projeto é esse, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio).
(Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, a suspensão e arquivamento do Projeto de Lei n. 52/87, de sua autoria, que trata da denominação da Escola Professora Domires Moreira de Carvalho, à unidade pólo do Jardim Alvorada no Município de Maringá". Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho, encarecendo a liberação de recursos para a construção de instalações próprias para a Creche Santa Terezinha, no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná, pela decisão de determinar que as agências do mesmo passem a atender o expediente externo a partir das 10:00 horas da manhã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Luiz Fernando Otto, funcionário desta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine à Cafe do Paraná, visando a ampliação de máquinas para serviços de destoca, conservação e ajudagem nos Municípios de Ponta Grossa, Ivaí, Ipiranga, Ortigueira, Castro, Palmeira, Arapoti, Piraí do Sul, Jaguariaíva; Tibagi e Porto Amazonas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da sugestão encaminhada ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de asfaltar 10 km de estradas vicinais para a região de Jacarezinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a implantação de uma escola técnica federal que ofereça inicialmente cursos técnicos de nível médio, nas áreas de mecânica, eletrônica e eletrotécnica, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a implantação de uma vara especializada em acidentes de trânsito, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, visando a construção de um prédio para a agência de rendas, no Município de São Jorge do Patrocínio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o acréscimo de 600 metros lineares de pavimentação asfáltica dentro do Programa de rodovias rurais, que ligará São Jorge do Patrocínio à Pérola da Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a construção de mais salas de aula, na zona norte do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a implantação de mais uma linha de ônibus de transporte coletivo rodoviário intermunicipal, trecho Curitiba-Litoral. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do ex-

pediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Creche São José, do Município de Alto Piquiri. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação Altoniense de Assistência Social. CEMIC - Arnaldo Busato, no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e presidente do BANESTADO, visando a instalação e fixação da Regional do referido Banco no Município de Clevelandia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação de vara especializada em acidentes de trânsito, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a liberação de verba do FUNRESTRAN, para a construção do Anexo do 4.º Batalhão da Polícia Militar, sediada no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de uma Delegacia de Trânsito, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a implantação de suas novas agências nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de trezentas ca-

sas pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, viabilizando a construção de cento e cinquenta casas, pelo regime de mutirão, no Município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, visando a construção de cinquenta casas, pelo regime de mutirão, no Município de Abatiá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Abatiá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulino José Delazeri, Vera Agibert, Irondi Pugliesi e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a todos os constituintes Paranaenses, transmitindo preocupação com o resultado final dos relatórios aprovados nas subcomissões do Congresso Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela e Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio das Cinzas, no local que liga Bandeirantes a Santo Antônio da Platina, onde hoje funciona como via de ligação a Balsa do Escorsini. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas UMESC, pela aprovação na Câmara Municipal de Curitiba de Projeto de Lei concedendo passe escolar aos estudantes curitibanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expe-

diente aos Senhores Secretário da Administração e Superintendente da FUNDEPAR, visando a ampliação do Colégio Estadual Vila Alta- Ensino de 1. e 2. Grau, sendo a construção de duas salas, uma para a Biblioteca e outra para o laboratório, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Diretor do DETRAN, encarecendo a criação e implantação de uma Delegacia de Trânsito no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança, visando a instalação de uma Delegacia de Trânsito no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, visando a criação de 5.^a a 8.^a séries, na Escola Estadual Paulina Pacífico Borsari- Ensino de 1. e 2. Graus, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Deputados Maurício Fruet e Paulo Furiatti, pelas iniciativas através de abaixo-assinados, obtendo resultado positivo quanto à determinação de data a ser realizada a Convenção do PMDB Nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação dos serviços de rede de tratamento de esgotos, no Município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a implantação dos serviços de rede de tratamento de esgotos, no Município de Altônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Engenheiro Florestal Luciano Pizzato, pelo recebimento do Prêmio Nacional de Ecologia, outorgado pela Fundação Roberto Marinho. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, visando a instalação de minipostos de saúde nas localidades de Santa Helena, Vila Progresso, Esquina Gaúcha e Linha Santa Rita, no Município de Pérola D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da Av. Brasil, Rua Pio XII e Av. Brasília, no Município de Pérola D'Oeste - bem como da Av. Tancredo Neves, no Distrito de Conciolândia, no mesmo município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente desta Casa, encarecendo sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural, no período entre os dias 17 do corrente mês a 18 de julho de 1987, a convite, como representante do Legislativo do Estado, no Congresso Mundial de Mulheres, que se realizará em Moscou. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando o imediato pagamento dos gatilhos salariais atrasados devidos ao funcionalismo público estadual. Em discussão. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores colegas Parlamentares ainda presentes nesta sessão de hoje. Estou encaminhando este requerimento para que fique registrado também uma marca de que esta Casa está defendendo também o interesse dos trabalhadores. É uma categoria importante no meio dos trabalhadores que são os funcionários públicos, os servidores públicos em geral, sendo preciso que esta Casa reconheça sua importância.

O requerimento, gostaria de lê-lo na íntegra, a fim de pedirmos a compreensão do Governador do Estado e do Executivo como um todo para que, se possível, atendes-se a essa aspiração dos trabalhadores paranaenses. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso e suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando o imediato pagamento dos gatilhos salariais atrasados, devidos ao Funcionalismo Público Estadual, e que o pagamento dos mesmos seja efetuado simultaneamente ao pagamento do salário do mês de junho, levando-se em conta a situação difícil em que se encontra o Funcionalismo Público Estadual, que recebeu o salário de maio defasado. O mesmo acontecerá com o mês de junho. Ora, sendo assim, o pagamento do gatilho torna-se uma necessidade urgente, de sobrevivência aos servidores. Além disso sabe-se que o Estado tem recursos para isso, como demonstram os repasses de verbas aos órgãos do Governo a título de "Excessos de Arrecadação do Tesouro", levando-se em conta ainda que as finanças do Estado terão uma melhoria substancial com o pacote econômico baixado no dia 12.06.87. REQUER, ainda, envio de cópia do presente à FESPAR e FESPEP e a todas as associações de servidores Estaduais do Paraná.

PEDRO TONELLI
Deputado Estadual"

Quero também, em nome do Partido dos Trabalhadores, conclamar a todos os Parlamentares das sete agremiações partidárias, com presença nesta Casa, e apelar para que a gente aprove o requerimento e que fique essa marca deste apelo e desta intenção registrada, caracterizando que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná está na defesa dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Gostaria de dizer também que não podemos de forma alguma sair deste primeiro semestre de atuação neste Parlamento com uma marca simplesmente classista do ponto de vista patronal e com umas marcas negativas, como sentimos ainda na semana que passou onde, além da censura proferida através da Presidência da Mesa nos pronunciamentos de três Parlamentares desta Casa, do Parlamentar do PT, do Deputado Paulino José Delazeri e do Deputado Nereu Carlos Massignan. Nesta semana tivemos outra marca de censura, colocada no direito que temos, como todos os demais Parlamentares, a cópias de papel e a impressos fornecidos pela estrutura da Casa, pois fomos censurados pelo Secretário da Casa, Deputado Anibal Khury, que não permitiu que fosse publicado o nosso boletim número cinco, apesar de ter autorizado a impressão de outros quatro. Mas desta vez não foi permitida a publicação do boletim número cinco, no qual havia um quadro com os salários dos Parlamentares.

Não admitimos que não se queira permitir a publicação do real aumento, dos salários dos Parlamentares, de fevereiro a maio, que foi de mais de 80%, com certeza, quando, por outro lado, negamos o aumento salarial do funcionalismo público, que não teve seus gatilhos disparados, ou teve os gatilhos disparados mas o governo não quer pagá-los.

Ou se permite que se publique a verdade, ou então a gente admita e peça ao Executivo que cumpra a Lei e que pague o gatilho. Aí se justifica o aumento salarial que nós Parlamentares tivemos, mas da mesma forma se justifica o pagamento do gatilho aos trabalhadores que precisam do seu salário, e precisam do gatilho.

É com base nisto que solicito a compreensão dos companheiros Pares desta Casa para que aproveemos este requerimento, fazendo um apelo ao Senhor Governador, para que ele pense bem e pague os gatilhos atrasados e não os suspenda ou pague parceladamente, conforme a determinação do Governo Federal, através do último pacote. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar a posição contrária da Bancada do PMDB, até porque o governo do Estado do Paraná, até o presente momento, pagou pontualmente os gatilhos detonados no Estado do Paraná. E como agora por determinação federal, foi extinto o gatilho, não há o menor teor de que não seja pago. E o Governador já declarou à imprensa que determinará a implantação do último gatilho detonado, razão pela qual o requerimento do Deputado Pedro Tonelli se torna inócuo, em virtude e determinação federal, de extinguir o gatilho e o Governo do Estado não ter atrasado nenhum gatilho até o presente momento. Sempre fez de acordo com a lei. E ele vai cumprir o gatilho salarial.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero também neste momento deixar aqui a minha posição favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli, isto porque vivemos momentos de

muita carestia. Curitiba é apontada como a Capital de maior índice de custo de vida, e o que temos constatado, inclusive, é uma proliferação de agiotas em portas de Secretarias, de estabelecimentos, de departamentos do Governo, dos municípios do Estado, fazendo o trabalho de agiotagem emprestando dinheiro para o funcionalismo público. Aqui mesmo na Assembléia somos testemunhas disto. Vimos vários funcionários em total desespero para poder pagar as suas prestações, fazendo empréstimos a juros exorbitantes.

É neste sentido que este Parlamentar do PDT encarece a Sua Excelência, o Governador do Estado, a necessidade de que dispare imediatamente os gatilhos que ainda faltam para o funcionalismo público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para encaminhar) - Gostaríamos também de registrar o nosso voto favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli e também esclarecer a esta Casa que, pelo que se vê nos jornais, nos noticiários de televisão, ainda não foi pago o gatilho. E o próprio Governador admitiu que seria pago com sessenta dias de atraso. Após o decreto-lei do dia 12, agora que há mais um arrocho salarial neste País, concordamos com que o Governador tenha que obedecer a uma lei federal. Entretanto, até agora, temos informações que os funcionários públicos do Paraná não vêm recebendo o gatilho, por isso o nosso voto favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

Talvez tenha sido este o motivo da grande vaia recebida, pelo Governador Álvaro Dias em Maringá, na última sexta-feira, por ocasião da abertura dos Jogos Estudantis. Nós entendemos que o funcionário público é o sustentáculo de qualquer administração, quer seja municipal, estadual ou federal, e achamos, até que muitos deles são inócuos, são inocentes, mas não podemos deixar de em contrapartida dizer, neste momento, que nós ao lado dos Deputados desta Casa que também estão bem intencionados, estamos contra os fantasmas, os desinteressados. Entendemos que o funcionário precisa ser respeitado, principalmente o funcionário público estadual, porque em 1991, quando outro Governador assumir este Estado, ninguém vai dizer que aquele ou esse assessor foi um bom assessor, dirão que o Governador Álvaro Dias foi ou não um bom governador do Estado. Por isso Senhor Presidente, o nosso voto

favorável ao presente requerimento do nobre companheiro Deputado Pedro Tonelli, do PT, e o voto favorável também da Banca do PFL, pela valorização do funcionário e do funcionalismo público por entendermos que os fantasmas devem buscar os seus contracheques nos portões do cemitério e nos castelos mal-assombrados.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) Senhor Presidente. Acho que já chega de utilizar o trabalhador como artifício de demagogia e de mentira. Nós queremos, nesta oportunidade discordar do ilustre representante de Maringá, Deputado Lindolfo Júnior, quando diz que o Governador Álvaro Dias foi vaiado naquela cidade.

Talvez, ilustre deputado, como é de praxe de seu partido e até do PT, que se utilizam dos trabalhadores fazendo com que a consciência do trabalhador, aquele que na maioria das vezes só é conhecido através das campanhas eleitorais, dos palanques eleitorais, mas esquecendo-o depois dos resultados eleitorais.

Entendemos que um Governador, hoje colocado como um dos melhores governadores do País, não poderia ser vaiado na Cidade de Maringá e principalmente a Vossa Excelência, ilustre Deputado, compete a obrigação de saber os recursos que estão sendo injetados na cidade-canção. E, Vossa Excelência, talvez por desconhecimento, não sabe o que o Governador Álvaro Dias já injetou na sua Cidade. Agora, estas torcidas organizadas por Vossa Excelência, e até pelo PT, procurando e tentando até às vezes desestabilizar um homem que está fazendo um governo que é exemplo neste País!

Entendemos que a posição de um Parlamentar tem que atuar, acima de tudo, de acordo com a sua consciência e com espírito de trabalho. No entanto, não é utilizando os artifícios que Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, conhece muito bem, que se conseguiria esconder que terça-feira próxima passada, o Governador reuniu a área de finanças para decidir, exatamente quanto ao gatilho salarial. É muito cômodo, ilustre Deputado, que nós aqui, neste Parlamento, façamos requerimentos, peçamos providências de responsabilidade de todos os Parlamentares. Mas faça, Deputado, requerimentos que façam justiça e não busque apenas tirar proveito de situações, quando o Governo já tomou providências. E se Vossa Excelência não sabe ... ilustre Deputado do PT, se Vossa Excelência está preocupado hoje, nesta Casa, com o disparo do gatilho, o Governador Álvaro Dias já estava preocupado desde o mês passado.

E Vossa Excelência sabe que a grande preocupação do Governador Álvaro Dias foi sempre voltada aos funcionários públicos

do nosso Estado. Então Vossa Excelência tem o meu apoio no requerimento que está em votação nesta Casa, mas é um requerimento que eu entendo que já é uma matéria vencida, porque as providências já foram tomadas pelo ilustre Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu gostaria de registrar também o meu apoio ao requerimento do nobre Deputado Pedro Tonelli, que tem tido esta preocupação, e não o faço pelo fato de fazer uma crítica ao governo do Estado do Paraná, mas tenho registrado nos bastidores, nos bate-papos nesta Casa com os nobres colegas Deputados, e Deputados do próprio PMDB, do impacto que vem causando o Governador do Estado do Paraná, com a sua boa imagem, imagem que ele tem sabido vender, de bom administrador, do homem austero, e que tem até nos causado admiração também.

Sabemos que o povo do interior do Estado do Paraná, em que pese a vaia que o Governador levou em Maringá, mas nas cidades do interior de um modo geral, o governador está sendo admirado por muita gente pela sua pregação de austeridade.

Mas tenho dito e volto a afirmar que eu achei um erro terrível do governo, ainda que não tenha dinheiro, deixar de pagar o gatilho... Porque se o Governo do Estado não tem o dinheiro, tem que buscar emprestado. Porque o empresário é obrigado a pagar o gatilho. O trabalhador não tem o dinheiro do gatilho porque a inflação foi acima do valor do gatilho. A inflação foi 25, 30 e 40% e o gatilho é de 20% ao mês. O trabalhador tem que buscar o seu recurso no banco. Mas o banco não estava emprestando dinheiro, porque o juro está muito alto e ele sabe que nenhum trabalhador poderia pagar empréstimo nos valores dos juros atuais.

Então ele tinha que buscar o seu empréstimo ali no boteco da esquina, na vendinha, no compadre, lá na casa de comércio, mas nem sempre o supermercado pode dar crédito, ou não dá crédito efetivamente.

Então o trabalhador realmente precisa de receber o seu salário em dia. Nesse aspecto eu acho que o Senhor Governador falhou.

E tem sido este o falatório em todo o cenário nacional, conforme noticiado atra-

vés da imprensa. O Governador de São Paulo, também suspendeu o gatilho, dá uma de valente e acha que está certo, e diz que não vai pagar o gatilho.

Agora, a lei é igual para todos nós. O empresário é obrigado a pagar. Não importa se a sua empresa dá lucro ou não. O pequeno empresário, o grande empresário, aquele que estava falindo com a sua empresa, todos têm a obrigação de pagar. Então o governo também tem.

Se não tem recursos, o governo dispõe de artifícios. O governo tem banco. O governo tem meios de conseguir dinheiro. E eu acho que aí foi um pouco de falta de vontade e atenção às dificuldades que vive o funcionalismo público desse País e principalmente no Estado do Paraná.

Então, o meu apoio ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

De repente, quem nos ensinou a falar a linguagem do gatilho foi o partido do governo. Esse gatilho disparado e acionado tantas vezes nos palanques eleitorais, fez a nós da oposição e aos brasileiros todos, que falássemos esta linguagem tão reivindicatória.

Agora vemos que um requerimento do nobre Deputado Pedro Tonelli pautado no abecedário do PMDB, surrealisticamente, está na iminência de ser rejeitado nesta Casa pela Bancada do PMDB.

Terão mudado as estruturas? Terá mudado a justiça? Ou mudaram os homens, uma vez instalados no poder?

Essa dúvida nos assalta. O Senhor Governador cancelou ou suspendeu o pagamento do gatilho, pelo prazo de noventa dias. Depois voltou atrás, para as pessoas que recebem até três salários-mínimos, diante da premência e da urgência da inflação. E agora acaba atropelado pelas medidas de Brasília, que proclamadas no "Dia dos Namorados", não parecem enamoradas da felicidade do povo brasileiro.

O que nós vimos é que o governo diz ao povo, faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

Porque o Governo diz ao povo que não aumente o pão, o leite, a carne.

Diz isso ao padeiro, ao açougueiro, ao leiteiro; diz ao feirante, ao comerciante, diz ao industrial. No entanto, o próprio

Governo, na mesma noite em que pediu esforço nacional para que tais aumentos não acontecessem, aumentou a gasolina, o álcool e todas as tarifas públicas.

Parece-me que o que o Deputado Pedro Tonelli pede, pede com fundamento na doutrina social do PMDB, na doutrina social da Igreja, enfim, na doutrina social capaz de, realmente, transformar este País.

E parece-me que não pode, esta Assembleia, de repente, desautorizar o próprio discurso que elegeu a maioria dos seus membros.

Assim, em homenagem aos homens eleitos pela bandeira libertária do PMDB, eu voto favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado Pedro Tonelli.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. REJEITADO.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Chamada nominal Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta presidência irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados, através do Senhor 1.º Secretário.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro a chamada nominal.

E, pela ordem, Senhor Presidente, quero apenas dizer ao ilustre Deputado Dirceu Manfrinato que eu votei em Álvaro Dias, para Governador e me senti vaiado também em Maringá, quando o Governador recebeu as vaias, porque segundo ele mesmo diz, seus familiares são de lá, ele é um homem de Maringá. Alguma coisa está errada, Senhor

Presidente e nós todos deste Parlamento, se quisermos fazer com que o Governador Álvaro Dias saia deste Governo bem perante a opinião pública, perante os servidores estaduais, tem de dialogar, de conversar com ele e eu convidaria até o Deputado Dirceu Manfrinato, que não compareceu na abertura dos jogos de Maringá, a perguntar ao Deputado Antônio Bárbara, que está ao seu lado, como foi vaiado o Governador do Estado do Paraná.

Então me causa espécie toda essa popularidade retratada e publicada na "Folha de São Paulo". Não faço isso para desmerecer o Governador, nobre Deputado Dirceu Manfrinato, não brigo por esquemas, não luto por comandos em alguns municípios, não tenho qualquer tipo de interesse, só votei no Governador Álvaro Dias e ajudei o Governador por ser um homem de Maringá. Assim, não posso aceitar essas vaias também, como Vossa Excelência, tenho certeza, não as aceita. Quero um esclarecimento porque também tenho um compromisso com o meu eleitorado e fui o Deputado mais votado da história de Maringá.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Após ouvir atentamente o ilustre representante de Maringá, Deputado Lindolfo Júnior, cheguei a conclusão de que se houve vaia ao Governador do Paraná Álvaro Dias, na "cidade canção", isto ocorreu porque o ilustre Deputado acompanhava no momento o Governador Álvaro Dias. Talvez as vaias tenham sido para Vossa Excelência, ilustre Deputado e Vossa Excelência interpretou que tivessem sido para o Governador Álvaro Dias.

E não é de duvidar, porque na verdade Vossa Excelência estava no PFL, traiu a consciência do seu partido apoiando o Governador do PMDB e essa vaia que V.Exa. recebeu a está atribuindo ao Governador do Paraná, Álvaro Dias. Está justificada a vaia que houve, foi para Vossa Excelência e não para o Governador do Paraná, Álvaro Dias, que hoje está sendo um exemplo de administração no Brasil. Então Vossa Excelência, meu ilustre Deputado, sem menosprezar qualquer representante de Maringá, pois sabemos que Maringá, na sua área estadual, está muito bem representada pelo ilustre companheiro da Bancada do PMDB que está surpreendendo inclusive neste Poder Legislativo, Deputado Ferrari Júnior. Desse modo, Vossa Excelência não pode subestimar que não haja uma representação neste Poder Legislativo. Acho até que, com referência a Maringá, existe uma grande representação neste Poder Legislativo. O que é preciso é Vossa Excelência acompanhar o exemplo daqueles que estão procurando o

bem estar da sociedade e da "cidade-canção", e não fazer como Vossa Excelência, procurando deturpar uma posição que coube a Vossa Excelência, querendo transferi-la para outras autoridades!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa irá proceder à verificação de votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que Vossa Excelência poderá inscrever-se nas Explicações Pessoais e não em Questão de Ordem.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas para esclarecer, Senhor Presidente, que Maringá é a cidade ...

(Diversos Senhores Deputados solicitam Pela Ordem, simultaneamente).

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência irá proceder à verificação de votação. Em votação, oito Senhores Deputados Aprovam; sete Senhores Deputados Rejeitam.

Não há quorum para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 18/87

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 165/86, 188/86, 247/86, 262/86, 67/87

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 238/86 e dos Projetos de Resolução n. 037/87

Marca ainda, uma sessão ordinária, para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 04/87

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 299/86, 06/87, 16/87

Marca ainda uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 23/87, 38/87, 41/87

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO SETTI, EM SESSÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 1987.

Of. 49/87

Curitiba, 09 de junho de 1987.

Senhor Secretário:

Conforme entendimento mantido anteriormente com Vossa Excelência, tenho o prazer de encaminhar de acordo com dados colhidos pela Secretaria de Estado da Agricultura, DERAL de Jacarezinho, sob responsabilidade do Dr. David Joseh dos Santos, as informações referentes aos bairros da zona rural mais populosos e de maior produção agrícola da Região de Jacarezinho.

Outrossim informamos que:

- A Região de Dourados: já será atendida pelo asfalto que irá unir Jacarezinho a Barra do Jacaré.

- A Região de Ouro Grande: (estrada do Laranjal): constatamos que o seu trecho mais populoso e de maior número de propriedades agrícolas são os quatro primeiros quilômetros, de acordo com croqui em anexo.

- Marques dos Reis: já se encontra servida por estrada asfáltica estrada que liga Jacarezinho a Ourinhos, Estado de São Paulo.

- Monjolinho: constatamos que a maior incidência de população e propriedade agrícola está nos três primeiros quilômetros conforme croqui anexo.

- Brejão: a maior concentração da população está na Usina Jacarezinho, seção Cordeiro que se encontra distante aproximadamente 1,5 km da Cidade.

- Água Quente e Sete Volta: bairro de importância, mas que encontra-se na continuação da Estrada do Brejão muito distante da cidade.

- Costa Júnior: encontra-se bem próximo do asfalto com condições boas de estrada de terra.

- Pedra Rejada: importante região, com necessidade de aproximadamente 3 km de asfalto para atender a maioria da população e propriedades agrícolas, conta com estrada de terra mal conservada.

- Água Feia: importante região com perspectiva de desenvolvimento no Município que necessitaria de 3 km para fazer cobertura à maioria da população e propriedades agrícolas.

Portanto, Senhor Secretário, por uma questão de justiça e melhor distribuição da proposta feita no sentido de asfaltar 10 km das estradas vicinais, tomamos a liberdade de sugerir as seguintes Regiões

para a execução da tal obra:

1. Região Ouro Grande: (estrada do Lavranjal) com sugestão de 4 km de estrada de asfalto.

2. Região Monjolinho: com sugestão de 3 km de estrada de asfalto.

3. Região Água Feia: com 3 km de estrada de asfalto.

Pensamos assim fazer melhor distribuição da estrada asfáltica, vindo atender de maneira eficaz a um maior número de população e de propriedades agrícolas.

Sem outro particular, aceite meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

DE: DERAL/NR DE JACAREZINHO

PARA: LUIZ ROBERTO DE SOUZA

DIRETOR DO DERAL

ASSUNTO: LEVANTAMENTO/BAIRRO DOURADO

DATA: 19 DE MAIO DE 1987

DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DO DEPUTADO ESTADUAL LUIZ ANTÔNIO SETTI, FEITO JUNTO A CHEFIA DESTE NR., SEGUE O LEVANTAMENTO DO BAIRRO DOURADO.

RESPOSTA NA INTEGRA, DE ACORDO COM O REQUERIMENTO SOLICITANTE.

1 - BAIRRO DA ZONA RURAL MAIS POPULOSO: DOURADOS. PELA CONCENTRAÇÃO DE INDIVÍDUOS, CARACTERIZADO PELAS PEQUENAS PROPRIEDADES ESTIMA-SE QUE DETEM A MAIOR POPULAÇÃO RURAL. DE IMEDIATO NÃO HÁ CONDIÇÕES DE LEVANTAMENTO PRECISO NO BAIRRO. ISTO DEPENDERIA DE UMA PESQUISA DE CAMPO, QUE DEMANDARIA TEMPO E RECURSO.

2 - BAIRRO DE MAIOR PRODUÇÃO AGRÍCOLA: DOURADOS, COM AGRICULTURA BASTANTE DIVER-

SIFICADA, SOBRESSAI:

ALGODÃO	680 HA
ARROZ DE SIQUEIRO	100 HA
CANA-DE-AÇUCAR	2500 HA
MILHO	2000 HA
SOJA	1100 HA
CAFÉ	500 HA
TRIGO	2000 HA

AINDA IDENTIFICA-SE AS MICRO CULTURAS DE ALFAFA, ARROZ IRRIGADO, FEIJÃO E OLERÍ-CULAS A NÍVEL DE SUBSISTÊNCIA

3 - LISTA DE TODOS BAIRROS (RURAL), NA ORDEM DE GRANDEZA.

DOURADOS
OURO GRANDE
MARQUES DOS REIS
MONJOLINHO
BREJÃO
ÁGUA QUENTE
SETE VOLTA
COSTA JÚNIOR
PEDRO RAJADA
ÁGUA FEIA

POPULAÇÃO NÃO QUANTIFICADA, A ORDEM OBEDECE CONCENTRAÇÃO DE INDIVÍDUOS.

ESTE MATERIAL DEVERÁ SER PROCURADO PELA EQUIPE DO DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO SETTI.

ATENCIOSAMENTE

DAVID JOSEH DOS SANTOS

DERAL/JACAREZINHO

F.P. BERNARXTE PREC.

415226GOPR BR

437554SAGR BR